

Universidade Federal do Pampa

**TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

**Interdisciplinaridade e Serviço Social: um Estudo
do Exercício Profissional no NUDE, Campus São
Borja.**

**Autor: Rozeli Margarete Melo dos Santos
Orientadora: Laura Regina da Silva C. M. da
Fonseca**

SÃO BORJA/RS 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ROZELI MARGARETE MELO DOS SANTOS

**INTERDISCIPLINARIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL NO NÚDE, CAMPUS SÃO BORJA.**

**São Borja
2014**

ROZELI MARGARETE MELO DOS SANTOS

**INTERDISCIPLINARIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL NO NUDE, CAMPUS SÃO BORJA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Laura Regina da Silva C. M.
da Fonseca

Nome do Coorientador: Jaina Pedersen

**São Borja
2014**

ROZELI MARGARETE MELO DOS SANTOS

**INTERDISCIPLINARIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL NO NUDE, CAMPUS SÃO BORJA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 25 de Março de 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Laura Regina da Silva C. M. da Fonseca
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Mestre José Wesley Ferreira
UNIPAMPA

Prof. Dra. Jaina Pedersen
UNIPAMPA

Dedico este trabalho ao meu querido José Flavio, aos meus filhos Marcelo, Marciele e Gerson e meus netos Gabriela, Sofia e Kauê.

AGRADECIMENTO

Ao final desta caminhada, durante a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, gostaria de expressar meu muito-obrigada a todos que fizeram parte, desta etapa, que, de alguma forma, contribuíram e colaboraram para que fosse possível chegar à sua finalização.

Agradeço aos meus pais, Ari M dos Santos, Maria de Lourdes M. dos Santos razões da minha existência, amo vocês.

Agradeço aos meus filhos que, de maneira grandiosa, compreenderem o motivo da minha ausência neste período e meus netos queridos que mesmo não entendendo a importância deste trabalho, foram o principal motivo para sua realização, dedico a vocês e agradeço pelo amor, carinho e apoio.

Agradeço aos meus irmãos (as) que sempre estiveram ao meu lado em especial, ao Ariovaldo e Márcia, obrigada pelo apoio e compreensão.

Aos professores (as) de Graduação em Serviço Social, em especial os professores do curso; obrigada por associar seu saber.

Aos professores (as) Dra. Laura Fonseca, Mestre José Wesley, Dra. Jaina Pedersen pela aceitação do convite para compor a banca examinadora e pelas importantes contribuições;

A querida Katiúcia Pletiscaitz, obrigada pelo carinho e acolhida no Nude excelente profissional, à equipe multiprofissional obrigada por compartilhar o saber.

Agradeço a todos os meus colegas de turma, que de alguma forma contribuíram nesse processo de aprendizagem em especial ao Charles Houpner pelos incansáveis abraços, Thiaguinho, Silvani e Maria Ohara (Faísca e fumaça) as companheiras de estágio Gabriela Peters e Gabriela Dutra com certezas excelentes profissionais.

Aos amigos pelo carinho e apoio constante em especial, a Vânia Vargas, Géssica Samuel, Flávio Gonçalves e Ariel Jonatan, a famosa panelinha, permanecerão guardados no meu coração.

A minha amiga e colega Rozane Azolin, agradeço a Deus por colocá-la de uma maneira tão especial em minha vida. Querida, você iluminou esta minha caminhada, obrigada pelo entusiasmo, aprendi muito com você.

Agradeço ao meu querido José Flávio, companheiro e colega, que de forma especial e carinhosa esteve ao meu lado me apoiando nos momentos de dificuldade.

Agradeço a ti a superação em muitos momentos e por esta vitória, que para ambos é muito especial.

“O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretiza-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.

Iamamoto.

“Paradoxalmente, ao lado da conservação das boas rotinas, rejeitam-se a mediocridade das ideias, o hábito da subserviência, tudo que massacra mentes e vidas”.

Ivani Fazenda.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem como título “Interdisciplinaridade e Serviço Social: um estudo do exercício profissional no NuDE, Campus São Borja”. Tem como objetivo analisar a particularidade do Serviço Social na equipe multiprofissional do NuDe, com a finalidade de oferecer subsídios que contribuam com a intervenção profissional nesse espaço sócio-ocupacional. A metodologia utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica e documental o material estudado no estágio I e II e do projeto de intervenção realizado com usuários do NuDE, que tem interface com a política de assistência estudantil da UNIPAMPA. Neste sentido, o objetivo implicou em desvendar qual a particularidade do Serviço Social no trabalho interdisciplinar realizado com a equipe multiprofissional. O tema é relevante para o Serviço Social principalmente ao que se refere ao processo de trabalho e seus rebatimentos junto à equipe multiprofissional e aos usuários da política de assistência estudantil. Fundamenta o presente estudo na composição teórica as seguintes categorias: Processo de Trabalho, Serviço Social, Educação e Interdisciplinaridade. Nesse sentido, desvendar como perspectiva o trabalho interdisciplinar implica na possibilidade de interagir com outras áreas de atuação e respeitá-las garantindo suas particularidades e saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Serviço Social, Educação e Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The present Work of Course Completion in Social Service has as title "Interdisciplinarity and Social Service: a study of professional exercise in NuDe, Campus São Borja". The main objective is to analyze the particularity of the interdisciplinary work of the Social Worker in the multiprofessional team of the NuDe, with the purpose of offering subsidies that contribute to the professional intervention in space socio-occupational. The methodology used refers to bibliographic research and material on intervention project carried out with users of the NuDE, that have interconnection with the student assistance policy the UNIPAMPA, with which it was obtained grant to seek answers to the research problem. In this regard, the object meant unveil what is special about the Social Service on interdisciplinary work performed with the multiprofessional team. The theme is relevant to the Social Service mainly to that refers to the work process and its impact along the multiprofessional team and users of the policy of student assistance. The present study is based on theoretical composition the following categories: Work Process, Social Service, Education and Interdisciplinarity. In this sense, uncover how perspective interdisciplinary work implies the possibility to interact with other areas of activity and respect them by ensuring its particularities and knowledges.

KEYWORDS: Work, Social Service, Education and Interdisciplinarity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Demonstrativo de conhecimento estanque	33
ilustração 2 – Demonstrativo de conhecimento interligado	33
ilustração 3 – demonstrativo de articulação voluntária (interdisciplinaridade)...	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AE - Assistência Estudantil

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em serviço social

CF - Constituição Federal de 88

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional De Serviço Social

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CEP - Código de Ética Profissional

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitário e Estudantis

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IFES - Instituições de Ensino Superior

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica de Assistência social

LDB – Lei de diretrizes e Bases

LRP – Lei de Regulamentação da Profissão

MEC-- ministério da Educação

NuDE – Núcleo de desenvolvimento Educacional

NINA – Núcleo de inclusão e Acessibilidade

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAE - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PEP - Projeto Ético Político

UNE--União Nacional dos estudantes

PBP – Programa Bolsa Permanência

PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PBDA – Programa de Bolsas de Desempenho Acadêmico

PET – Programa de Ensino Tutorial

REUN I - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades federais

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UFPeL - Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 EDUCAÇÃO NO BRASIL	18
2.1 A Educação superior: no contexto Neoliberal	21
2.1.1 Um Breve Histórico da Educação Superior	22
2.2 A Política de Assistência Estudantil.....	26
3 INTERDISCIPLINARIDADE: PERSPECTIVA PARA O FUTURO	30
3.1 O Processo de Trabalho e Interdisciplinaridade no Serviço Social.....	34
3.2 Particularidade do Serviço Social.....	38
3.2.1 Trabalho do Assistente Social na Educação	42
3.2.2 Serviço Social e o Projeto Ético Político	43
4 METODOLOGIA UTILIZADA NO ESTUDO	47
4.1 Breve Histórico do Espaço Institucional: onde se realizou a pesquisa	51
4.2 A Metodologia da Apreensão do Material Estudado	53
4.3 Análise da Materialização do projeto de intervenção Promoção a Saúde . .	54
4.3.1 Relatos dos sujeitos da Pesquisa.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES	69

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Final de Graduação em Serviço Social versa sobre a perspectiva paradigmática do trabalho do Assistente Social através da interdisciplinaridade no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), com o título “Interdisciplinaridade e Serviço Social: Um estudo do exercício Profissional no NuDE campus São Borja”. Tem como problema de pesquisa: qual a particularidade do trabalho do Serviço Social realizado na equipe multiprofissional no NuDE? O objetivo geral é conhecer a particularidade do trabalho do Assistente Social na equipe multiprofissional, com a finalidade de oferecer subsídios que contribuam com a intervenção profissional nesse espaço sócio-ocupacional. E tem como objetivo específico conhecer de que forma se configuram as condições de intervenção dos profissionais na equipe multiprofissional.

Consiste numa pesquisa bibliográfica e documental, sendo utilizado o método dialético crítico, como bem pontua (GOLDENBERG, 2004) pode ser definido como meio para se chegar a um fim, o caminho percorrido pelo pesquisador. Com esse objetivo, a pesquisa qualitativa atende a relação entre o mundo real e o sujeito como um elo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, que não pode ser traduzida em números.

Os objetivos dos profissionais na instituição encontram-se referenciados com as políticas sociais principalmente com a Assistência Estudantil atuando nas demandas dos usuários. Tem como finalidade, a garantia de direitos sociais adquiridos e a viabilização de programas e projetos que auxiliam a permanência dos estudantes na universidade.

O principal fundamento teórico utilizado é o método dialético crítico e contém como direção o Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social, que trás como um de seus princípios fundamentais a defesa da “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 2012, p. 85).

O trabalho foi dividido em quatro capítulos: a primeira parte trata da educação no Brasil buscando analisar a importância da educação dentro de um processo histórico de mudanças e transformação social. Analisa o período ditatorial do governo e os movimentos estudantis os quais idealizavam a educação como um

direito. Abarca o ensino superior desde a década de 1930, vista como intelectualista e elitizada e de caráter enciclopédico e ornamental, os avanços e retrocessos na revolução do ensino na contrarreforma do Estado na década de 90. Trata ainda, da política de assistência estudantil que é resultado de um longo processo de lutas. A direção histórica da Política de Assistência Estudantil no Brasil está ligada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal.

O terceiro capítulo versa sobre a interdisciplinaridade na prática cotidiana, como perspectiva de uma nova atitude construída com base na confiança, em uma relação dialética entre profissionais de equipe multiprofissional. Elenca o processo de trabalho dos profissionais, de como é demandado a participação na reprodução da força de trabalho, das relações sociais sobre a égide da ideologia dominante. Como o trabalho do Assistente Social é exigido a criar condições de produção na sociedade capitalista.

Afirma a particularidade do Serviço Social em diversos espaços sócio ocupacional, com base na reflexão coletiva e no diálogo, onde é medida pela inserção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho.

São abordadas, a respeito do trabalho do Assistente Social na educação, no atendimento as demandas do espaço sócio-ocupacional, advindo principalmente das vulnerabilidades socioeconômicas. Discute o projeto ético político, o qual norteia a direção social no reconhecimento da liberdade como valor ético central.

No capítulo quatro discute o sujeito da pesquisa, o projeto de intervenção Promoção a Saúde realizado no campo de estágio I e II e o trabalho do Assistente Social, os métodos utilizados os desenvolvimentos do presente trabalho. O método utilizado foi o dialético crítico, através das categorias historicidade, totalidade e contradição. A técnica foi análise de conteúdo que é uma técnica de investigar e que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática do conteúdo manifesto na comunicação (BARDIN, 2009).

É elencado ainda, breve histórico do espaço institucional onde foi realizada a pesquisa, de natureza pública e dotada de autonomia didático-científica.

Por fim nas considerações finais são realizadas suposições e pressupõe sobre o trabalho da equipe multiprofissional do NuDE que, os profissionais nas áreas

de Serviço Social e Psicologia podem vir a viabilizar ações conjuntas para atender demandas que priorizam o trabalho interdisciplinar, um conjunto de procedimentos de promoção à saúde dos usuários.

No próximo capítulo discutiremos a Educação no Brasil.

2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Educação no sentido mais amplo significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma sociedade são transferidos de uma geração para geração seguinte, do mesmo modo, o conhecimento é o elemento necessário para transformar o ideal da emancipação humana, inclui de forma proeminente todos os momentos de nossa vida ativa.

Segundo Cury a educação (2000, p.13) “se opera, na sua unidade dialética com sua totalidade, como um processo que conjuga aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórica social”. Também, pontua Tonet (2010, p. 9) “a diferença dos animais, para nós humanos, não nascemos geneticamente determinados para realizar as atividades necessárias implica teleologia, isto é, uma atividade intencional prévia e à existência de alternativas”. Cumpre notar, de fato, é o ser social que determina a consciência, nada disso é biologicamente pré-determinado. Necessita ser conscientemente compreendida respeitando a natureza assumida (TONET, 2010).

É preponderante ressaltar, a importância da educação, dentro de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores. Precisamos apreender o que temos que fazer. Precisamente, porque no trabalho toda atividade social implica uma linguagem, sobre que forma, não importa, como se faz, na concepção de sujeitos sociopolíticos incide um processo de modificação e transformação social. Desta forma, segundo Souza (2008, p. 3) “A ação educativa implica na relação humana, a identidade do sujeito entra em mutação ao se construir ou desconstruir no intercâmbio de experiências e saberes”. Por esse prisma, no que permeia a herança histórica da cultura dos sistemas educacionais como pontua Frigotto (2010, p. 29) “[...] o processo de passagem do feudalismo para o sistema capitalista não representou a superação de uma sociedade marcada pela opressão, servilismo e desigualdade de classe por uma sociedade livre e igualitária”.

Assim:

A educação é imanente presente à totalidade histórica e social e coopera no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos, o que é feito também mediante a interiorização de uma visão de mundo já existente e preexistente aos indivíduos. Essa visão de mundo já interpretada, existente na própria prática social dessa sociedade, é passada adiante nas próprias

práticas sociais e sob a forma de costumes, ideias, valores e conhecimento. (CURY, 2000, p. 53).

Para direcionar a discussão, e permitir a apreensão do contexto histórico e das transformações ocorridas em sua estrutura, é de suma importância entender o discurso político, no que se refere à educação. No período em que foi veiculado pelo regime militar, durante 21 anos (1964-1985), implicava evidentemente, as intervenções militares na política, bem como o ideário que foi se constituindo ao longo do tempo na sociedade brasileira. Para tanto o regime ditatorial deixa de tomar posições avançadas e se direciona, cada vez mais, rumo ao reacionarismo, às posturas antidemocráticas e autoritárias e, desse modo, a ditadura é implantada, provocando fortes repercussões no campo educacional. Enquanto isso, o lema positivista “Ordem e Progresso” incorporado à bandeira brasileira fortaleceu o discurso político do ideal republicano dos aliados (GERMANO, 2008).

Gramsci, (apud SIMIONATO, 2004, p. 50) expõe que “[...] a grande massa dos homens pensa segundo uma concepção de mundo imposta mecanicamente a partir do ambiente externo e obedece a essa concepção de modo passivo”. Nessa perspectiva, tendo o regime como educador do povo, vem à ideia de formação de almas, através da educação, para tanto, o significado do discurso sobre educação era formar almas, mediante a educação cívica do povo, em virtude da consolidação do espírito nacional. Desse modo, a educação “[...] assimilada passivamente do exterior, ela é ocasional, desagregada e acrítica [...]” (SIMIONATO apud GRAMSCI, 2004, p. 49). Limitando a existência do pluralismo e do diálogo político.

Nesse sentido, ao lado do discurso salvacionista, o outro é desprovido de qualquer valor, porque é subversivo, o que fica muito evidente na área da educação, por ser um dos setores mais atingidos pela repressão política pós-1964. Universidades foram invadidas por forças militares, a União Nacional dos Estudantes (UNE), logo após o golpe de Estado teve sua sede incendiada. De acordo com Germano (2008, p. 318) “muitos estudantes, professores e cientistas, tais como Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandez e muitos outros foram processados, presos e exilados”. Assim, enfatizando o desprezo dos militares pela cultura e pelo outro, por ser a cultura, o campo das diferenças (GERMANO, 2008).

Nesta perspectiva, segundo Gramsci, (apud SIMIONATO, 2004, p. 47) “passar da passividade para a ação consciente significa também buscar uma nova articulação”.

A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que elas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se a condição destas últimas. A batalha cultural apresenta-se, portanto, como fator decisivo no processo de luta pela hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológico por parte das classes subalternas. Exercitá-la consiste, pois, na capacidade de o partido político participar na formação de uma nova concepção de mundo, de elaborar uma proposta transformadora da sociedade a partir de “baixo”, fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical que “envolva toda a vida do povo e coloque cada um brutalmente, diante da própria responsabilidade inderrogável” (GRAMSCI apud SIMIONATO, 2004, p. 50).

Neste panorama no final da década de 1970, um vasto número de movimentos sociais surgiu, dentre eles evidenciavam-se: os movimentos ligados aos sindicatos, os de luta pela anistia, os pautados às lutas das mulheres, luta por educação pública, luta por creche e pré-escola, os coletivos de bairros, entre outros, (BICCAS, 2009).

Em busca de uma educação superior democratizada, os movimentos estudantis, reivindicavam o acesso de todos ao conhecimento e, pela extinção da apropriação da cultura e do saber monopolizado pela burguesia, como pontua Coutinho (2005, p. 22) “[...] os direitos de cidadania, tanto políticos quanto sociais só tornaram-se possíveis após a nova configuração do Estado¹, que o fez permeável à ação e aos interesses das classes subalternas²”.

Assim é possível perceber que,

O campo educativo, dominante aprisionado no plano pedagógico escolar, alarga seu lócus para o plano do conjunto das práticas e relações sociais, e a educação, como apontamos anteriormente, passa a ser concebida como

¹Cf. em (GRAMSCI apud SIMIONATO, 2004 p. 67) Estado é o que se pode chamar de “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos ditos “privados”, e o da “sociedade política ou Estado” corresponde à função de “hegemonia” e de “domínio direto” ou de comando que se exprime no estado e no governo jurídico, ou seja, existem dois planos superestruturais que se referem respectivamente ao “aparato de hegemonia (sociedade civil) e aparato de coerção ou de domínio (sociedade político ou Estado)”.

² Cf. em (GRAMSCI apud YAZBEK, 2009, p.79) As classes subalternas por definição não são unificadas e não podem unificar-se porque ela não detém a posse do Estado: a sua historia é entrelaçada aquela da sociedade civil, embora elas sejam uma função desagregadora e descontínua da historia da sociedade civil.

uma prática constituída e constituinte destas relações sociais (FRIGOTTO, 2010, p. 50).

Desse modo, a educação não é apenas um compromisso do estado, é um direito de todo cidadão, garantida a partir da Constituição Federal de 1988. É produto de uma longa história de lutas, estabelecida como uma política de direito, e traz em seu conjunto três objetivos básicos: preparo para o exercício da cidadania, o pleno desenvolvimento do educando e a qualificação para o mundo do trabalho.

Toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica, não limitando essa pedagogia as relações especificamente escolásticas, pelas quais as novas gerações entram em contato com as antigas e delas absorvem experiências e valores historicamente necessários amadurecendo e desenvolvendo uma personalidade própria histórica e culturalmente superior, mas situando-a “em toda a sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação aos outros indivíduos, entre grupos intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos do exército” (GRAMSCI apud ABREU, 1996, p. 63).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96³ “destaca que os conceitos de educação e ensino agrupam realidades semelhantes e que cabe ao intérprete estar atento ao contexto às expressões para captar o seu sentido.” A Lei define que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social. Nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por escopo o pleno desenvolvimento do educando. Tornou-se expressão de vitória, com a inclusão da população garantindo o pluralismo dentro das instituições de ensino visando integração individual e social. A seguir será contextualizada a expansão da educação superior no contexto Neoliberal.

2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR: NO CONTEXTO NEOLIBERAL

No final da década 1980 e no início dos anos 1990 ocorreram mudanças, econômicas, políticas e ideológicas, alterações entre os Estados, originando nova ordem Internacional, nesse sentido, desaparece as noções de Estado, Nação e desenvolvimento, os organismos internacionais passam a ditar os rumos da política econômica mundial. Buscou-se o reajuste estrutural, corte nos gastos

³ Cf. Define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na constituição.

públicos que visava em curto prazo reduzir o déficit fiscal. Com o governo Collor na década de 1990 aconteceram mudanças no desenvolvimento econômico e políticos, abertura para o capital externo, plano real, privatização, a, educação voltada para o mercado. No final dos anos 1990 o Brasil se ajusta aos ideais neoliberais, as consequências foram à recessão prolongada e generalizada, pauperização, desemprego, baixos salários e focalização das politica sociais. Igualdade, justiça social perdem seu lugar, dando espaço para a produtividade eficiência e qualidade total. Estado mínimo para as maiorias e estado máximo para o capital. Estado lento e burocrático, permitindo a ação ágil e qualificada do mercado (ROSSATO, 2006). Adentro será contextualizado um breve histórico da educação superior.

2.1.1 Um breve histórico da educação superior

A educação superior no Brasil, historicamente surge na década de 1930, quando era vista de forma intelectualista, elitizada, de caráter enciclopédico e ornamental, transformada para consumo e monopolizada pela camada social superior (ROSSATO, 2006). Nesse período, a educação passa por uma luta ferrenha, os problemas no plano educacional começavam a surgir, “não se tratava, portanto de uma revolução educacional, mas de uma reforma ampla” (FRIGOTTO, 2010, p. 41).

No contexto brasileiro, o país despertava para um sentimento de identidade nacional. Em síntese, a percepção de universidade ganhou corpo na década de 1920, seu aparecimento no início da década de 1930, assim sendo, “o papel social da educação, ou especificamente da relação entre processo de produção e os processos educativos ou de formação humana, eram marcadas por concepções conflitantes e antagônicas.” (FRIGOTTO, 2010, p. 31).

Um grupo de pensadores e educadores trouxe a educação para debate em primeiro plano, sendo que mais tarde este mesmo grupo iria concretizar a reforma. De acordo com Rossato (2006, p. 22) “a universidade resultou da luta de intelectuais, educadores e políticos que se ressentiam da falta de universidades no país”. Nessa década, o Brasil possuía duas universidades, Rio de Janeiro e em Minas Gerais. De 1890 a 1930 foram criados 72 estabelecimentos de ensino

superior, período que também foi marcado também por episódios decisivos na organização das novas instituições, universidades.

Até a década de 1930 três fatos foram decisivos para a organização da Universidade: o inquérito sobre instrução pública realizado em São Paulo em 1926, o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (ROSSATO, 2006 p. 19).

Observa-se, que os estudos sobre a universidade ou a finalidade do ensino, historicamente apresentaram um papel secundário, e foi relegado a um segundo plano entre os autores brasileiros. Desse modo, somente a partir dos anos 1980, com a abertura política que começou a surgir obras e textos, que recobram gradativamente o vazio deixado durante décadas. Sendo assim, criados centros e núcleos de estudos universitários, destacando também os programas de pós-graduação (ROSSATO, 2006).

Nesse contexto, a sociedade brasileira na década de 1950, passou por grandes modificações, diante da crise educacional, que procedeu à reforma de 1968. Sob este aspecto, o caráter subordinado historicamente das práticas educativas aos interesses do capital, toma formas diversas e conteúdos diversos, ou seja, em razão da nova lei o ensino médio e superior conservou seu arcabouço elitizado (FRIGOTTO, 2010).

Diante dessa realidade, a educação superior teve como um dos fatores relevantes, que contribuíram para a reforma, a elevada demanda da educação, devido a grande ascensão da classe média. “Com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases⁴, saiu vitorioso o grupo liberal-tradicional e a educação, mais uma vez, continuou a serviço da sociedade de classes, mantendo seu caráter elitista” (ROSSATO, 2006, p. 46).

Nessa conjuntura, com o aumento da sociedade brasileira em direção ao modelo urbano-industrial, as forças manifestas protestaram a finalidade do ensino secundário, ampliavam-se as demandas por vagas no ensino superior e do mesmo modo aumentou a corrida pelo diploma.

Essa situação ganhava grande visibilidade com a figura do excesso de jovens que obtinham a nota mínima de aprovação nos exames vestibulares, mas não podiam ingressar no ensino superior por falta de vagas, desse modo, com a pressão

⁴ Cf. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96.

social era necessário acompanhar a modernização, o desenvolvimento e aperfeiçoar o ensino superior.

Por este prisma, segundo Rossato (2006), o caminho para o acesso à universidade por meio dos jovens das camadas médias em elevação, no começo dos anos 1960, surgiu como uma crescente mobilização a partir da liderança dos estudantes na luta pela ampliação universitária arraigada e sob o esteio da ideologia nacionalista desenvolvimentista no movimento das chamadas reformas de base. Todavia, é importante ressaltar que o tema universidade assumia uma dimensão de ordem social e política.

Como se observa, as mudanças advindas nos períodos 1961 e 1968 com a lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968, que marcavam os escopos da universidade e os caminhos adotados dizem,

a) Objetivos: eram apontados como objetivos do ensino superior “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de pessoal de nível universitário”.

b) Organização acadêmico-administrativa: a nova lei privilegiava o ensino ministrado nas universidades, que excepcionalmente, seria ministrada em estabelecimentos isolados. Por sua vez, os estabelecimentos isolados passavam a ser disciplinados por regimentos aprovados pelo conselho de educação (ROSSATO, 2006, p. 72, grifo do autor).

Diante dessa evolução, as universidades passavam a ser da alçada do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Lei estabelecia que a direção fosse de confiabilidade do Reitor, com a reforma ficou estabelecido à extinção da cátedra, estímulo à prática do esporte e educação física, disposições sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério (ROSSATO, 2006, p, 75).

Segundo Rossato (2006) o Projeto de Reforma Universitário procurava (Lei nº 5.540/68) ⁵ responder às demandas advindas dos estudantes universitários e dos professores, que reivindicavam a abolição da cátedra e a participação dos estudantes na melhoria da qualidade de vida da comunidade e desenvolvimento do país. Nesse contexto, a reforma que buscava atender a pressão social e desenvolver soluções adequadas ao processo de modernização e desenvolvimento, dirigiu-se para uma solução quantitativa em detrimento da qualidade, como pontua Frigotto (2010, p, 34), “a luta é justamente para que a qualificação humana não seja

⁵ Cf. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e da outras providências.

subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento”.

Com isso, as escolas isoladas tornaram-se empresas lucrativas, com cursos de baixo preço e expansão indiscriminada. Originando o “boom” das instituições privadas de ensino superior, entre 1964 a 1968, onde cresceu vertiginosamente a procura por vagas, o número de inscritos para o vestibular aumentou 120% e o número de vagas 50%. Assim, por conta da defasagem, os excedentes representavam 212%. Desse modo, o aumento da rede privada deu-se pela insuficiência do Estado em elaborar uma política educacional democratizante que decidisse a crise.

A expansão das universidades criaram consequências na qualidade de ensino, como destaca,

Esta democratização, amplamente desejada, gerou no capitalismo central uma contradição que ele não tem conseguido resolver. Criou uma oferta de mão de obra qualificada bem superior à demanda do sistema produtivo, trouxe em muitos casos uma deterioração no nível de ensino, engendrou a desvalorização de certas profissões. Uma das saídas que os países industrializados propiciam é a de reter os estudantes o tempo maior possível dentro das universidades, a fim de seu ingresso no mercado de trabalho. Neste regime, uma universidade de massas não tem sentido, a Universidade esta concebida para selecionar elites (WANDERLEY, 2003, p. 43).

Com o crescimento, aumentou o número de instituições, ocorreu também o aumento dos cursos, de 1962 a 1973 acresceu de 1020 para 3070, um acréscimo de 201%, ficando o setor privado nas universidades com 95,7%, os estabelecimentos isolados com 400%, na rede pública o crescimento de 139,6% e na rede particular com o dobro 271,3% (ROSATTO, 2006).

Ressalta o mesmo autor, que com os números exibidos confirmava-se a divisão do ensino superior brasileiro, entre o público e o privado, a universidade e os estabelecimentos isolados, a qualidade do ensino e a quantidade. Sob este ângulo pontua Frigotto (2010, p. 35), que “[...] de um lado o capital é prisioneiro de sua contradição, de seus limites de concepção (fragmentária) da realidade”. Desse modo, o ensino superior na rede privada, transformou-se em um grande negócio não levando em conta a qualidade da educação, apenas preocupava-se em adaptar a oferta com a demanda.

Nessa mesma linha, o ensino superior, na conjuntura da crise do capitalismo tardio, como um espaço mercantilizado, permite a propagação da terceira via por meio da educação massificada de intelectuais colaboracionistas e acríticos a ordem do capital. Assim, no decorrer da década de 1990, com apoio e direcionamento de componentes da burguesia, recém-saídos de uma longa ditadura e com uma nova Constituição Federal foi organizado um abrangente ação de contrarreforma (PEREIRA, 2008).

Presencia-se então, uma revolução no ensino superior no Brasil, desde a contrarreforma do Estado – a qual busca ajustar o Estado nos moldes neoliberais e da Educação que, como sugere Kowalski (2012), andam lado a lado no sentido de transformar a máquina administrativa e, assim, as políticas sociais até chegar à atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/1996.

A Política de expansão universitária gera um acréscimo discente e uma interiorização das universidades públicas, sob o decreto lei nº 6.096 (2007). Instituído o Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), que além de distribuir os recursos de expansão das Universidades em até 100% às instituições que aderirem ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), como forma de ingresso ao ensino superior (KOWALSKI, 2012), marca um novo cenário na implantação das políticas sociais, dentre elas a educação, logo aumentando os recursos investidos nessa política. Com isso, as universidades privadas perdem seu poder hegemônico e retorna para as universidades públicas federais a responsabilidade da formação dos jovens em busca de continuidade da escolarização e conseqüente profissionalização.

A partir desses fatos, será discutida como foi efetivada a história da Assistência Estudantil no Brasil e na Unipampa.

2.2 A Política de Assistência Estudantil

. Durante o período, da Ditadura Militar permaneceu estabelecidas ao Estado diversas amarras burocráticas. Os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos e a expansão do ensino superior foi contida. A direção histórica da Política de Assistência Estudantil no Brasil está ligada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que

lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal.

Para tanto, com a democratização da educação, mesmo que visando uma política de mercado, e uma perspectiva neoliberal, dá-se, uma ampliação de vagas nas Instituições de Ensino Superior passando a compor em seu quadro, não só a elite, mas a classe média e baixa, advinda do ensino público.

Nesse contexto, devido à crescente inserção de jovens no ensino superior, das mais variadas realidades sociais, vê-se a necessidade de políticas que atendam as demandas da classe estudantil. A Política de Assistência Estudantil é instituída como Política de Estado, pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pela portaria nº 39 do Ministério da Educação (MEC), de 12 de dezembro de 2007.

Apenas a partir de 2008 é que o poder público, atendendo a antigas reivindicações das IFES e dos movimentos estudantis, passou a destinar recursos para AE por meio do PNAES, sendo que recentemente, em 19 de julho de 2010, o ainda presidente Lula transformou o Programa em Decreto Lei nº 7.234. Portanto, esse documento representa a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) na consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito (KOWALSKI, 2012, p. 97).

Resultado de um longo processo de lutas de profissionais e de dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172 de 10 de Janeiro de 2001, tem como objetivo atenuar a desigualdade de acesso dos jovens ao ensino superior, ampliar a oferta de ensino público e a criação de novos estabelecimentos de ensino (KOWALSKI, 2012).

Desde então, esta Lei dá o suporte necessário para a manutenção do estudante na instituição, proporcionando o acesso a um ensino superior público laico e, de qualidade, visando à permanência do aluno até a conclusão do curso. Incide a garantir legalmente este direito nas Instituições Federais, revelando a sua real importância, ao afirmar políticas educacionais, que possibilitem o atendimento dos estudantes nos órgãos responsáveis pela efetivação dessa política, fomentando condições para o aproveitamento acadêmico do alunado.

Dessa maneira, os programas e projetos dentro das universidades têm como principal objetivo garantir a permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade, além de enfatizar a

questão do desempenho acadêmico e também evitar trancamento de matrículas e a evasão dos cursos de graduação. A necessidade de políticas públicas que vá além do acesso à universidade pública, mas também de mecanismos para a permanência que visem à minimização das causas decorrentes da baixa condição econômica.

Garantindo, além do acesso, a uma universidade pública e de boa qualidade, permanência para uma qualificação profissional através dos cursos de graduação. São vários programas com esta função e em nível de exemplo destaca-se o FIES (Financiamento Estudantil), a meia passagem intermunicipal estudantil, a casa do estudante, bolsas de assistência e permanência estudantil, o restaurante universitário e a meio entrada com a carteirinha do estudante.

A política é de suma importância, tendo em vista, a efetivação do direito à educação de forma universal, como direito de cidadania decorrido de um longo processo de luta pela sua efetivação. Como bem pontua Coutinho (2005, p. 14) é “através das lutas que os trabalhadores postulam seus direitos sociais, que uma vez materializados, são uma indiscutível conquista”.

Porém, revelando-se de forma contraditória pela amplitude da universalidade, desvela na prática, um retrocesso através das condicionalidades impostas ao acesso do direito, como por exemplo, a vulnerabilidade socioeconômica, comprovada por uma gama de documentos. O Programa Bolsa Permanência (PBP) da UNIPAMPA que é voltado para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tem como principal critério a renda mensal per capita familiar de até R\$1.017,00. Aponta Malacarne (1997 apud RIOS, 2011, p. 16), a Assistência Estudantil “se resume, pois, no fornecimento das condições mínimas para que os alunos tenham acesso à educação e possam permanecer na escola”. Também estabelece no PNAES (2010) em seus objetivos em seu artigo 2º,

Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III- reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2007, p.1).

Nesta perspectiva, observou-se que há ainda grandes desafios para serem enfrentados, em termos de Assistência Estudantil, para que pessoas que provém de famílias de baixo poder aquisitivo, consigam chegar à conquista de um diploma.

Verificou-se a necessidade de ações que minimizem os efeitos das desigualdades sociais, que atingem os acadêmicos nas áreas de moradia estudantil, transporte, alimentação, entre outras ações destacadas no decorrer desta pesquisa. Também, atuar em áreas que ainda não são contempladas, perceber sucessivamente as demandas advindas do corpo acadêmico, suas ideias e necessidades, produzindo processualidade à atuação dos profissionais do Serviço Social, utilidade social e institucional. Sendo essa política considerada por Neto

A assistência estudantil é o meio essencial para fazer com que o estudante continue na universidade produzindo conhecimento e construindo concretamente a relação dela com a sociedade, seja através da construção de creches universitárias, da universalização das bolsas de pesquisa e extensão ou da construção de espaços culturais e restaurantes universitários. Pontuando desta forma, a universidade tem que ser vista como um todo, integralizada com a constituição dos sujeitos e não fragmentada, arredia da comunidade onde esta inserida. Destituída de valor social, comunitário e regional (NETO, 2008, p. 5).

Desta forma, a universidade tem que ser vista como um todo, integralizada com a constituição dos sujeitos e não despedaçada, separada da comunidade onde está inserida, destituída de valor social, comunitário e regional. Para isso, os profissionais que ali atuam precisam elaborar um trabalho em que haja a relação interdisciplinar, a fim de possibilitarem um melhor atendimento e suporte às demandas que frequentemente surgem no cotidiano acadêmico.

No próximo capítulo dá-se ênfase para a perspectiva da interdisciplinaridade, mostrando a forma que se estabelece no exercício profissional.

3 INTERDISCIPLINARIDADE: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Pela perspectiva da interdisciplinaridade, Fazenda (2002) expõe que a ação leva a nova atitude nas relações do conhecimento, abertura e compreensão de aspectos ocultos no ato de aprender e trabalhar, o que exige uma profunda imersão no trabalho cotidiano por meio do olhar. A prática cotidiana revela segundo Lefebvre, (apud MORAES, et al, 2010, p. 441) “ a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário.” Da mesma forma, Japiassu pontua (1976, p. 76) “interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto de pesquisa”.

No contexto histórico no Brasil, o conceito de interdisciplinaridade deu início no estudo da obra de Georfes Gusdorfe, e, em seguida Piaget (JAPIASSU, 1976). No campo da epistemologia, o primeiro influenciou Japiassu, no campo da educação foi Ivani Fazenda. Fazenda (2002) pontua que o movimento interdisciplinar no contexto brasileiro teve sua evolução a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990. Para o Serviço Social esse período também teve marcos importantes, no que diz respeito à profissão em função de revisões críticas no campo das ciências sociais (BARROCO, 2001). A temática da interdisciplinaridade contava com um número reduzido de pesquisas e bibliografias pouco difundido. No final dos anos 80 e começo de 90 começam a surgir centros de referências em torno da interdisciplinaridade.

A terminação Interdisciplinaridade encontra no prefixo “inter” o significado de uma posição ou ação, no substantivo “disciplina” a organização e a separação de conhecimentos por meio de um regime de ordem imposta ou livremente consentido, no sufixo “dade” o sentido da ação, o resultado dela, o modo de ser e a qualidade.

No início do século XXI, a interdisciplinaridade adquire um papel de grande acuidade, no desenvolvimento de novos saberes, auxilia novas formas de aproximação da realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais. Segundo Fazenda (2008, p. 13) “[...] Visa o ingresso de olhares paralelos e a abertura a esses olhares, convergentes ou divergentes [...]”. Nessa mesma linha pontua Fraga (2010, p. 48) “A interdisciplinaridade precisa ser pensada como uma

necessidade de interação e busca dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento”.

Frigotto considera que,

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado (FRIGOTTO, 2008, p. 43).

A tentativa de limitação entre diferentes domínios do saber, como se observa, nas disciplinas ou campo de trabalho procura firmar barreiras, em diversas áreas. O que pode ocasionar um lado negativo com essa demarcação, nesse sentido, uma fragmentação na busca do conhecimento e de recíprocas fertilizações que a interdisciplinaridade propõe nos campos de trabalho ou equipe multiprofissional. (MUNHOZ, 1996, p. 167) Esclarece que, “[...] porque as diferentes disciplinas / profissões se expressão no real, na prática, como singularidades, através dos sujeitos”. A prática interdisciplinar é um ato de reciprocidade e troca, integração e vôo, movimento que incide entre o espaço e a matéria, a realidade e o sonho, o real e o ideal, aprendendo, experimentando, observando na busca da totalidade que transcende a pessoa humana (FAZENDA, 2008).

Estabelece muito mais que a presença de diferentes profissionais de distintas formações inter-relacionadas profissionalmente, em uma mesma equipe expressa, o abandono de práticas individuais, isoladas, prepotentes, unidirecionais. Nesse contexto, o Assistente Social, ao trabalhar a interdisciplinaridade requer: o exercício da pesquisa como prática indispensável ao Serviço Social, como pontua Martinelli (2003, p. 22) “cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escuta-lo, permitir-lhe que se revele”.

Interdisciplinaridade também convida a um novo olhar, que quer fazer algo novo, em Serviço Social propõe ultrapassar os limites do imediatismo e a sacralização do exercício profissional, alargando o olhar para operar o Projeto Ético Político (PEP), (MORAES, 2010).

Compor saberes e construir novos fazeres em conjunto com outros profissionais exige reflexões, segundo Fazenda (2002, p. 25) exige “competência intuitiva própria de um sujeito que vê além de seu tempo espaço,” “[...] competência

intelectiva, capacidade de refletir, analítico por excelência”, privilegia todas as atividades, procura desenvolver o pensamento reflexivo. “Competência prática a organização espaço-temporal” [...] uso de técnicas diferenciadas e “Competência emocional”.

Segundo Fraga (2010, p. 58) “[...] é necessário ao Serviço Social o desenvolvimento de uma atitude interdisciplinar”. Fazenda (2002) propõe uma atitude, construída com base na confiança, expressa a concretização de uma relação dialógica, e pressupõe os seguintes aspectos: envolvimento, humildade, alteridade, diálogo, comprometimento, escuta sensível. No Serviço Social trabalhar a interdisciplinaridade é, antes de tudo, estar aberto para o outro, para ouvir, estar aberto para o diálogo, desarmado de autoritarismo e individualismo.

Assim,

Para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolada ou fazer-se cativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto é significa romper com dogmatismos, muitas vezes cultivados no interior da profissão (RODRIGUES, 1998, p 157).

Efetivar o trabalho interdisciplinar é essencial para enriquecer qualquer profissão, estar atento ao fato que não se encontra isolado de outras profissões, além, de ter a inteira consciência de que, para bem interagir com as mesmas, é necessário saber definir métodos e técnicas para o enriquecimento e resultados de uma especialidade por outra, ser competente em seu campo e troca de conhecimentos (MUNHOZ, 1996).

Com efeito,

Entendendo-se a interdisciplinaridade como “postura profissional” e “princípio constituinte da diferença e da criação” compreender-se-á que o Serviço Social__ uma vez que articula diferentes conhecimentos de modo próprio, num movimento crítico entre prática-teórica e teoria-prática é uma profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o Serviço social, a interação com outras áreas é particularmente primordial (RODRIGUES, 1998, p. 157, grifo do autor).

Para entender a prática interdisciplinar é imprescindível conhecer algumas terminologias, seus significados, que são pressupostos básicos pautados à interdisciplinaridade, o que é: multi (disciplinar), pluri (disciplinar), inter (disciplinar), e

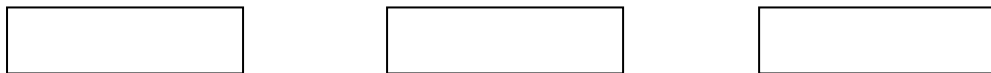
trans (disciplinar) conhecimentos que se tornam indispensáveis para uma maior interação com as demais profissões,

Disciplinaridade significa a exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, isto é, conjunto sistemático e organizado de conhecimento que apresentam características próprias nos planos do ensino, da formação, dos métodos, e das matérias; esta exploração consiste em fazer surgir novos conhecimentos que se substituem aos antigos (JAPIASSU, 1976, p. 72).

Logo, a multidisciplinaridade propõe uma gama de disciplinas, mas sem similaridade entre elas. Em determinado campo de trabalho, basta um diálogo entre dois ou mais especialistas que aproximem os resultados, para que ela aconteça, sem métodos a seguir ou conceitos a serem empregados (JAPIASSU, 1976). Por exemplo, estuda-se um objeto sobre vários ângulos, mas, sem que tenha havido um acordo prévio sobre os métodos a seguir e os conceitos a serem utilizados.

Conhecimentos estanques estão todos no mesmo nível hierárquico, veja fig.1

Figura 1: Demonstrativo de conhecimento estanque.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Entende-se por Pluridisciplinaridade, sistema de um só nível, a justaposição de diversas disciplinas no mesmo nível hierárquico, determina o fechamento em si, mas, com relação existente entre elas, veja fig. 2.

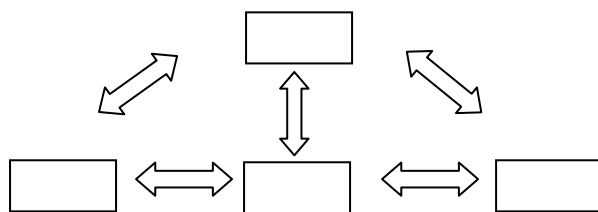
Figura 2: Demonstrativo de conhecimento interligado.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Na interdisciplinaridade há uma organização, uma articulação voluntária, o horizonte epistemológico deve ser o campo unitário do conhecimento, a negação e a superação das fronteiras disciplinares e profissionais, cooperação, ênfase e diálogo entre as disciplinas, os profissionais percorrem um caminho em comunhão, de olhares, trocas e objetivos em comum (JAPIASSU, 1976), Veja fig. 3

Figura 3: Demonstrativo de articulação voluntária (interdisciplinaridade).



Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Transdisciplinaridade é a conexão de diversos sistemas interdisciplinares em um contexto mais vasto. Interpretação mais holística dos fatos. Normalmente determina uma totalidade. Em sequência, dá-se relevância ao processo de trabalho sob a perspectiva da interdisciplinaridade.

3.1 O Processo de Trabalho e Interdisciplinaridade no Serviço Social

O Serviço Social enquanto uma especialização está inserida na divisão sociotécnica do trabalho, vinculada a teoria crítica de Marx, com base no método materialista, histórico e dialético. É na cotidianidade, que se apresentam situações de enfrentamento com forças antagônicas que expressam a contradição da sociedade capitalista. Aos profissionais Assistentes sociais é demandado participar na reprodução da força de trabalho, das relações sociais, sobre a égide da ideologia dominante. Deste modo, o exercício profissional, envolve a ação de sujeitos que tem competência para propor, dialogar, investigar, reconhecer no seu campo de trabalho, ações que valorizam sujeitos. É o profissional que trabalha na execução de políticas sociais, atuando na mediação entre o Estado e a população usuária viabilizando o acesso à direitos sociais.

É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social (GUERRA, 2011, p. 2).

O objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social⁶ em suas múltiplas expressões, ela gera a necessidade da ação social junto aos diversos contingentes da sociedade “[...] ela conforma a matéria prima do trabalho profissional, sendo a prática profissional compreendida como uma especialização do trabalho partícipe de um processo de trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 59). O Assistente Social é um intelectual que colabora na criação de consensos junto a população usuária, “[...] de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 69).

Assim, para conhecer,

[...]as alterações no mundo do trabalho é imprescindível para os assistentes sociais, no sentido de que possam apreender as mudanças na função social do Serviço Social nessa nova etapa do capitalismo internacional, a partir da identificação de novas demandas à profissão em respostas às necessidades do capital e da força de trabalho, demandas essas que definem tendências do mercado de trabalho público e privado (SERRA, 2001, p. 158).

O trabalho do Assistente Social tem em sua gênese as desigualdades sociais⁷, as expressões provenientes do conflito capital/trabalho, é um profissional que faz parte de um trabalho coletivo, lhe é demandado criar condições de produção na sociedade capitalista. Diante disso, para o profissional ter clareza das condições específicas, é necessário decifrar a cotidianidade, logo, para desvendá-las utiliza-se, segundo Iamamoto (2009, p. 63), de conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo de seu processo de formação profissional, que são parte do acervo de seus meios de trabalho, as dimensões teórico-metodológico, técnico-operativa e ético-política.

Na dinâmica institucional da profissão, para realizar seu exercício, o profissional agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para esclarecer o significado social da profissão, dispondo de relativa autonomia na direção do exercício profissional. Porém, “[...] essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializado a diferentes empregadores [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 215).

⁶“A questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

⁷ “Desigualdades indissociáveis de concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 59).

Nesse movimento conforme a autora,

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do Assistente Social deve responder, delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais, Eles impõe, ainda exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulados, é nesta condição de trabalhador assalariado que o Assistente Social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2010, p. 215).

Portanto, para que seja considerada uma profissão liberal, o Assistente Social não é considerado um profissional autônomo na realização do exercício de suas atividades. O conservadorismo de muitos espaços institucionais, faz com que o trabalho dependa das relações que constitui com os sujeitos sociais que o contratam, no entanto, isso não significa que a profissão não disponha da relativa autonomia profissional.

A presença do Código de Ética, Lei da Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) orientam as ações e apresentam propostas de intervenção a partir dos conhecimentos, competências e atribuições privativas, além disso, fóruns de debates pautados em uma visão crítica da sociedade estão relacionados ao exercício profissional. É necessário, como destaca lamamoto (2009, p. 168), estar “[...] radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais”.

Desse modo, os conhecimentos substantivos e generalistas da profissão, o caráter investigativo, a atitude interdisciplinar e domínio empírico da realidade, faz parte do trabalho desse profissional, isto é, para fazer leitura da realidade é necessário ir além do que esta aparente. Segundo Kosik (1976) a realidade não se manifesta e nem se revela de forma imediata, devido à complexidade dos fenômenos e porque esta em constante transformação.

Nessa relação com a realidade, o Serviço Social como ofício, insere-se desde sua emergência, na particularidade dos equipamentos socioassistenciais existentes “na busca pela essência ou da “coisa em si” tem que percorrerem desvios para

poder alcança-los” (KOSIK, 1976). Nesse movimento de desvelamento da questão social, o profissional enfrenta como desafio, a permanente atualização, no que condiz a demandas concretas nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com qual trabalha, viabilizando seu acesso às políticas sociais, programas, projetos, serviços, para dessa forma, trabalhar na realidade social, que possibilita decifrar. Segundo Minayo (1994, p. 15), “[...] o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”. E desse modo, estabelecer propostas de trabalho criativas e adequadas, na condução de defender e efetivar direitos, em virtude de demandas emergentes no cotidiano (YAZBEK, 2009b).

Assim,

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2009, p. 20).

Dentro dessa perspectiva, as categorias que compõe o processo de trabalho são: atividade adequada a um fim, matéria que se aplica ao trabalho, o objeto de trabalho, os meios de trabalho e o instrumental de trabalho. Partindo desse pressuposto, entende-se por força de trabalho, o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporeidade, e no caráter individual do homem e, que este põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (PRATES, 2003).

É por meio do trabalho que o homem age como ser pensante, sendo o trabalho uma atividade fundamental mediatizada, que satisfaz suas necessidades diante da natureza e ao transformar a natureza transforma-se a si próprio. É pelo trabalho que o homem se afirma como ser pensante, pois, é o único ser que é capaz de realizar o trabalho e ao realizá-lo é capaz de projetar em sua mente (ideação) o resultado obtido. Como anuncia Marx (1996, p. 297) “põe em movimento as forças naturais de seu corpo” a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim na natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

O Assistente Social, na defesa de direitos e na busca pelo objeto da Questão Social, desvenda demandas além das dadas pela instituição que se revelam através das diferentes formas, não aparecem em sua totalidade, aparecem na sua forma fenomênica, desconectada da essência, mas, esta articulada com ela no plano concreto. Para apreender esses processos, que são objetos de estudo da pesquisa e estão ocultos na “coisa”, Iamamoto pontua, que (2010, pág., 417) “um dos desafios é romper com as unilateralidades⁸ presentes nas leituras do trabalho do Assistente Social com viés fatalista, messiânicos que se constata no cotidiano profissional”.

Nesse sentido,

O Assistente Social se defronta com objetos singulares de diversas naturezas e com particularidades variadas e variantes. A intervenção nesta realidade não pode ser (e não é) nunca desinteressada. Tanto o conhecimento do real quanto a intervenção nele têm uma teleologia, uma intencionalidade e, portanto, estão saturados de interesses (MONTANÔ, 2007, p. 140)

Do mesmo modo, Kosik (1976) comenta que para captar o fenômeno de determinada coisa precisa-se indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. Desta forma, o papel do profissional em Serviço Social é interpretar, as novas mediações⁹ por meio das quais se revelam a expressão da questão social para “[...] apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 28). A seguir será explicitada a particularidade do Serviço Social.

3.2 Particularidade do Serviço Social

O Serviço Social se afirma em diversos espaços sócio-ocupacionais, com base na reflexão coletiva e no diálogo, parte da realidade concreta dos sujeitos

⁸Cf. Iamamoto (2010, p. 417) “[...] unilaterais, que enfatizam um dos polos daquela tensão transversal ao trabalho do assistente social, destituindo as relações sociais de suas contradições”.

⁹ “É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética” (TURK apud PONTES, 2012, p.16).

usuários, busca desvendar o que está oculto a partir da leitura da realidade. Segundo Montanõ (2007, p. 154) “[...] a manipulação de variáveis empíricas como limite na maior parte das intervenções, seu conhecimento fundamentalmente instrumental, as políticas e serviços sociais e assistenciais [...]”, é requisitado essencialmente para executar, mas ao mesmo tempo para planejar e avaliar as políticas sociais e setoriais.

Pode-se concluir que com está realidade antagônica segundo Iamamoto,

[...] articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura--com o foco privilegiado na questão social não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 55).

Tem o Projeto Ético Político hegemônico, como direção social e sua particularidade segundo Montanõ (2007, p. 155) “[...] é medida pela inserção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, mediada pela sua significação social, pela sua funcionalidade, pela sua inclusão universal”. Nesse sentido “particularidade fruto da sua história” (MONTANÕ, 2007).

Nessa ação, para analisar o modo de ser da profissão e desvendar o movimento no cotidiano do profissional na estrutura social é necessário segundo Pontes (2009, p. 164) “[...] conjugar a dimensão da singularidade, com a universalidade, para se construir a particularidade”. Abranger a realidade concreta na sua complexidade, negatividade e totalidade, por meio do seu fazer profissional, absorvido no cotidiano do seu espaço sócio-institucional em que os sujeitos estabelecem nexos a partir da realidade em que estão inseridos (PONTES, 2009). Não segmentando ou recortando o objeto todo, em várias esferas ou até em diversos níveis da realidade social (MONTANÕ, 2007).

Em sua atividade, se afirma em vários espaços sócio-ocupacionais como campo mais frequente de suas atividades, o Estado ocupa espaço privilegiado como empregador, tem a intervenção de campo como maior recorrente as refrações da Questão Social, com alicerce na reflexão coletiva e no diálogo (IAMAMOTO, 2009, p. 70) “[...] permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do Assistente Social

como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho”, a partir da leitura da realidade em que está inserido, sair da aparência fenomênica e buscar a essência, ou seja, desvendar o que está oculto no objeto de investigação (KOSIK, 1976). Pontua Iamamoto,

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos que as vivenciam em suas relações sociais cotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas (IAMAMOTO, 2009, p. 62).

Por esse prisma, a competência do profissional se dá pelo compromisso com uma nova ordem societária atua em conformidade com os dispositivos legais a partir da direção social e estratégias em defesa de certos valores, em consonância com a Constituição Federal de 1988, Lei da regulamentação da Profissão: Código de Ética, PNAS, ECA, LOAS entre outras políticas específicas de cada espaço profissional., destaca-se também na profissão a dimensão técnico-interventiva. O Serviço Social possui princípios básicos para o seu desempenho profissional. Três grandes dimensões que lhe dão condições e capacitação para desempenhar o seu trabalho, que remetem um perfil com características de um profissional com competências para intervir no mundo do trabalho (ABESS, 1997, p. 81). Teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo são dimensões da formação profissional do Assistente Social. Na dimensão Ético-Político o Serviço Social possui um Código de Ética, uma legislação profissional e compromissos Éticos-Políticos com a população usuária em sua totalidade. Para a concepção do exercício profissional ou com usuários estes princípios que serão descritos a seguir devem estar pautado no processo em que se insere o Assistente Social.

I Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

II Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.

III Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantir direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

- IV- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem com sua gestão democrática;
- VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças;
- VII- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII- opção por um projeto profissional vinculado a um processo de construção de uma nova ordem societária, sem domínio-exploração de classe, etnia e gênero;
- IX- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código de ética e com a luta geral dos trabalhadores;
- X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectivada competência profissional;
- XI- Exercício do serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 12).

Estes princípios são a direção do fazer profissional do Assistente Social sobre seu olhar na realidade concreta, possibilita um direcionamento um olhar sobre o coletivo, desse modo, forma possibilidades práticas e objetivas de intervenção. Para fundamentar seu trabalho, o profissional Assistente Social, apropria-se segundo lamamoto (2009, p. 53) “[...] das grandes matrizes do pensamento social que permitirão a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional”.

Primeiramente, o Serviço Social buscou como suporte teórico-metodológico na matriz positivista, cuja visão era voltada para apreensão manipuladora e imediata do ser social, configurando a profissão com caráter ajustador. Entretanto, é no movimento de renovação que decorre a necessidade de construção de um novo projeto, implicado com as demandas das classes que vivem do trabalho diante de suas exigências. Nessa perspectiva, essa inquietação vai configurar questionamentos a profissão, é nesse movimento de resistência que vai mediar à interlocução com a teoria de Marx. Em um primeiro momento, é com este referencial teórico, que a profissão se posiciona e instiga sua prática institucional (YAZBEK, 2009b).

É na dimensão técnico-operativa, o como fazer da profissão, balizados por princípios e valores éticos. A partir de habilidades instrumentais e ferramentas que são meios de trabalho e de competências técnicas operativas, por meio de

instrumentais, que dão visibilidade ao trabalho do Assistente Social. Olhar escuta sensível, observação sobre a realidade concreta, investigação, parecer social, estudo social, redes sociais, entrevista, laudos, elaboração de projetos etc. Meios de trabalho, sala, computador, mesa, cadeira, papel, etc. Desse modo, todo esse conjunto de dispositivos, capacidades e atitudes irão materializar a práxis em todos os segmentos da sociedade (PRATES, 2003).

A seguir será abordado o trabalho do Assistente Social na Instituição de ensino Superior no Núcleo de desenvolvimento Educacional (NuDE).

3.2.1 Trabalho do Assistente Social na Educação

Com efeito, o profissional executa suas ações com uma variedade de instrumentais, para mediar às condições objetivas das instituições, onde está inserido, o público usuário. Deste modo, o (a) Assistente Social no NuDE, na Divisão de Apoio aos Assuntos Estudantis e Comunitários, atua na execução, planejamento e acompanhamento dos programas, projetos e serviços formulados pela PRAEC, como também os projetos propostos pelo NuDE, que são:

Pesquisa: Evasão na Unipampa campus São Borja: diagnóstico e direcionamento, Extensão: conhecendo a Unipampa: um incentivo aos alunos do ensino médio de São Borja, Pesquisa: reprovação e trancamento como indicativo de retenção nos cursos da Unipampa, Pesquisa e Extensão: São Borja em rede conhecendo e viabilizando direitos: mapeamento e informação sobre a rede de atendimento sócio assistencial no município.

Dar atendimento as demandas do espaço sócio-ocupacional, advindos principalmente das vulnerabilidades socioeconômicas e da dificuldade ou falta de acesso à educação na instituição por conta de necessidades e fragilidades dos usuários. Necessidades essas oriundas das desigualdades geradas pela contradição entre capital/trabalho, como bem pontua Iamamoto,

[...] A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive contraditoriamente, com a realização da desigualdade [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 114).

O profissional de Serviço Social utiliza-se de Instrumentos e técnicas como banners, folders, entrevista individual, visita domiciliar, e visitas em salas de aulas para orientar os estudantes sobre renovação dos benefícios e os documentos necessários para avaliação socioeconômica quando se faz necessário, no entanto, não como forma de controle, fiscalização do acesso ao benefício, mas sim como forma de ir além da aparência, do singular, buscando compreender a totalidade seu desenvolvimento e circulação que “[...] não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, [...]” “[...] a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação no conteúdo, mas também criação do todo” (KOSIK, 1976, p. 59). Assim, apreendendo aspectos vivenciados pelos estudantes, nas refrações da questão social, que se apresentam tais como: vulnerabilidades socioeconômicas, falta de acesso à moradia, transporte e alimentação. Importantes fatores que influenciam o processo de aprendizagem e alteram o cotidiano do aluno, é nele que se dá a transformação nas relações que se estabelece no dia-a-dia, no individual, ou no ambiente de trabalho com os atores envolvidos.

Conforme Heller (2008, p. 60) “[...] a vida cotidiana tem sempre uma hierarquia espontânea determinada pela época (pela produção, pela sociedade, pelo posto do indivíduo na sociedade)”. E, assim apreendendo aspectos do cotidiano do estudante, é nele que se dá a transformação nas relações que se estabelece no dia-a-dia, no individual ou no ambiente de trabalho com os atores envolvidos. Outros instrumentais usados são: a reunião, o relatório social, o parecer social, o livro de registro e as redes sociais, o profissional através desse mecanismo mantém contato com os estudantes cruzando informações e mensagens de abertura de editais, avisos, e outros assuntos importantes de interesse do alunado. A seguir será apresentada a pesquisa realizada e a análise da interpretação dos dados e informações obtidos no trabalho Interdisciplinar e relação que estabelece na equipe multiprofissional.

3.2.2 Serviço Social e o Projeto Ético Político

O projeto ético-político profissional de Serviço Social tem sua apreensão no Século XX na década de 1970 a 1980. Este período fica conhecido pelo enfrentamento e pela afronta ao conservadorismo profissional. Dessa inquietação e

recusa surge o movimento de reconceituação que contrapõe o Serviço Social conservador e tradicional. Este movimento estabeleceu aos Assistentes sociais à necessidade, de um projeto de transformação da sociedade, vinculado a profissão e implicado com a população usuária. Por este prisma, é a partir da década de 1990 que emergiu o Projeto Ético Político da Profissão, (PEPP) tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central (NETTO, 1999). A profissão consolida seus avanços teóricos, intensifica sua organização política, reformula e atualizam seus estatutos legais na Lei da Regulamentação da Profissão e, Código de Ética, ambos de 1993 (TEIXEIRA, 2009).

Entretanto, entender o projeto ético político requer a compreensão da teoria social crítica da matriz sócio-histórica presente no Serviço Social, além de participar ativamente dos órgãos constitutivos: o primeiro se relaciona de princípios e valores éticos, o segundo a matriz teórico-metodológica, o terceiro da crítica radical a ordem social vigente, o quarto se manifesta nas lutas e posicionamento políticos que compõe sua estrutura legal e institucional. Neste cenário, é inegável de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está ligado a um projeto de modificação da sociedade (TEIXEIRA, 2009). Nesse sentido pontua Netto,

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 4).

O profissional ao agir no movimento contraditório das classes, revoga, por balizar uma direção social às ações profissionais que defendem a outros projetos societários. Portanto, todo projeto profissional tem uma dimensão ética que pressupõe normatizações como as que estão enunciadas no Código de Ética da profissão. Desse modo, essa conexão se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional pressupõe,

O agir conscientemente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em novas formas de satisfação. Só o homem é capaz de agir teleologicamente, projetando a sua ação com base em escolhas de valor, de modo que o produto de sua ação possa

materializar sua autoconsciência como sujeito da práxis (BARROCO, 2009, p. 169).

Nesse sentido, estamos diante de um ser capaz de agir eticamente, isto é, dotado dos elementos que balizam o Projeto Ético Político que são: o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) que segundo o CFESS (2012, p. 76) “[...] é expressão do ethos profissional vigente na profissão em determinado contexto histórico, bem como a sua projeção ideal, em termos de perfil ético desejado pela categoria [...]”. O documento da ABEPSS, que orienta a formação profissional (1996) e a Lei de Regulamentação da profissão (1993). No Projeto Ético Político fica explícito quanto aos princípios e valores humanistas que se constituem a partir do código de ética (PRATES, 2003).

Mostra o documento, como aspecto importante, como pontua Prates (2003, p. 116) “[...] a necessidade de desenvolvermos uma leitura da realidade mais ampla, que tenha como eixo central o trabalho e complemente a leitura de nossas singularidades, ou seja, a forma como essa realidade se configura [...]”. Destaca também a capacidade ético-Política para concretização do projeto e a importância do tripé composto pelos eixos: ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativo.

É fundamental assinalar que as transformações societárias que caracterizam esta década, vão encontrar um serviço social consolidado e maduro na sociedade brasileira, uma profissão com avanços e acúmulos que, ao longo desta década, construiu uma ativa participação da categoria profissional, através de suas entidades representativas um projeto ético-político para o Serviço Social brasileiro, que integra valores, escolhas teóricas e interventivas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recurso políticos-organizativos, processo de debate, investigações e, sobretudo, interlocução crítica com o movimento da sociedade na qual a profissão é parte e expressão (NETTO apud YAZBEK, 2009b, p. 156).

As mutações operadas nos países capitalistas nas últimas décadas, conformam alterações no mundo do trabalho, particularidades históricas do serviço Social, decorrentes de complexas relações entre Estado e sociedade civil, caracterizando um novo padrão de enfrentamento da questão social. O aumento do desemprego, do subemprego, da precarização do trabalho as novas formas de contratação, exige novas competências e qualidade na intervenção profissional. Diante do exposto, pela lógica do mercado o exercício profissional sofre alterações na esfera dos serviços sociais e nas demandas.

A lógica mercadológica que perpassa o Serviço Social, junto com as políticas sociais passa a constituir a própria racionalidade que orienta o exercício profissional, cumprimentos de medidas burocráticas e de metas institucionais influenciando na qualidade e competência profissional, enfatizando saídas individualistas do salve-se quem puder (GUERRA, 2011).

Esclarece,

Para uma profissão, ser orientada por um projeto profissional crítico significa, ainda, a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando à defesa permanente dos direitos sociais humanos, considerados como conquista da humanidade, herança das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo (GUERRA, 2011, p. 9).

Vale ressaltar que para somar-se à luta em oposição aos ajustes neoliberais e a barbárie capitalista, as condições atuais de enfrentamento, enuncia-se que elaborar um projeto profissional crítico é uma demanda que parte da sociedade que auferem os serviços prestados pelo Assistente Social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional segundo Pontes (2010, p. 43) “Por isso necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional”.

A profissão já estabeleceu uma importância social, permeada pelas ações democráticas da sociedade nas áreas da assistência social, da infância, da educação, saúde, do idoso e da previdência social e outros. A historicidade da profissão foi fundada por meio de contornos conservadores e progressistas. Considera-se, portanto que a figura da profissão está vinculada ao profissional que defende a justiça, equidade, democracia, a política pública e os direitos sociais. Pontes (2010) aponta que a categoria mediação esta ancorada e, dá auxílio ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção do profissional Assistente Social (GUERRA, 2011).

No próximo capítulo será contextualizada a metodologia do trabalho.

4 A METODOLOGIA UTILIZADA NO ESTUDO

Neste capítulo será apresentado o sujeito da pesquisa realizada, os métodos e procedimentos seguidos para o desenvolvimento do trabalho. Na metodologia é desempenhada uma significação minuciosa e rigorosa do objeto de estudo e das técnicas utilizadas nas atividades de pesquisa.

O presente estudo final de graduação em Serviço Social tem como tema Interdisciplinaridade e Serviço Social: Um estudo do exercício profissional no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) atrelado com a política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa Campus São Borja.

A metodologia da pesquisa realizada é de cunho qualitativo, do tipo exploratório de caráter bibliográfico que segundo Minayo está (1994, p. 25) “fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular,” baseada no materialismo histórico e dialético que leva em conta o modo de vida dos sujeitos.

Para Marx (apud NETTO, 2009, p. 675) “o papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa para apreender, não a aparência, a forma apresentada do objeto, mas a sua essência seu arcabouço sua dinâmica”. Desse modo na pesquisa qualitativa, os dados, em vez de serem tabulados, de forma a apresentar um resultado preciso, são explicitados por meio de documentos.

Desta forma, o método de pesquisa adotado foi o dialético crítico, como bem pontua (GOLDENBERG, 2004) pode ser definido como meio para se chegar a um fim, como se observa, o método pode considerar o caminho percorrido pelo pesquisador. Com esse objetivo, a pesquisa qualitativa considera que a relação entre o mundo real e o sujeito, como um elo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, de acordo com Kosik (1976) “o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa em um movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo” busca compreender o fenômeno para atingir a essência.

A pesquisa qualitativa permite partir para a realidade do usuário através do cotidiano, do sujeito e pesquisador, buscando evidenciar fatos que corrobore com o

pensar e o agir, que demarca a vida do sujeito. Para Minayo (1994, p. 16-18) “é o caminho do pensamento a ser seguido, ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para estabelecer uma realidade”. Diz ainda,

[...] a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade se realiza fundamentalmente; por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (MINAYO, 1994, p. 25).

Goldenberg (2004) nessa mesma linha pontua que a pesquisa científica exige do pesquisador, criatividade, disciplina, organização e modéstia. A autora salienta que nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com, início meio e fim previsíveis. É um processo em que não é possível prever todas as etapas em virtude do pesquisador estar sempre em estado de tensão, consciente, que seu conhecimento é parcial e limitado. Pontua Martinelli que, (1999, p. 21) “[...] se almejamos produzir práticas sociais que tenham a dimensão do coletivo, temos que dialogar com saberes múltiplos, tem que pesquisar, e pesquisar com qualidade”.

A técnica utilizada para conduzir a pesquisa foi à análise de conteúdo dos dados coletados, de acordo com Bardin (2009, p. 121) organizam-se em três etapas ou fases: a pré-análise, estudo do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Desse modo, nesta fase pontua Minayo (1994, p. 91) “[...] procurou-se fazer uma leitura compreensiva do conjunto do material selecionado [...]” foram estudados e analisados documentos e dados colhidos no campo de estágio onde foi realizada a pesquisa: análise institucional, diários de campo, relatórios também serviram de embasamento para consultas documentos como Lei de Regulamentação da Profissão, Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Código de Ética do Assistente Social, Resolução CFESS Nº557/2009, que conversam sobre as condições éticas e técnicas da profissão.

Na segunda fase, na exploração do material, na codificação dos resultados obtidos, no tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação é a fase em que ocorrem os resultados das informações em bruto, dos dados colhidos, a confrontação com o material a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que dá embasamento à referida pesquisa (BARDIN, 2009).

Na presente pesquisa, foram elencadas três categorias explicativas da realidade: Trabalho, Educação e Interdisciplinaridade que, serão definidas a seguir.

Na categoria trabalho, o mundo contemporâneo delineou novas e complexas formas de relações como anunciava Marx (1978, apud, IAMAMOTO, 2010, p. 17) “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, mas dentro de circunstâncias historicamente determinadas e, somente este, [...] põe em movimento as forças naturais do seu corpo”, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim na natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2002, p. 211).

Nessa perspectiva, o processo de trabalho é toda atividade direcionada a um fim determinado ou esforço, para suprir suas necessidades, ressalta lamamoto (2009, p. 60) [...] “pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza,” desse modo, o homem se assegura como ser criador, não só como sujeito pensante.

No contexto da educação, na sociedade capitalista, esta se estabelece como expressão perante as relações de classe. Desse modo, Cury (2000, p. 53) pontua que a “educação articula-se com a totalidade mediante as relações de classe, como também as relações de classe se articulam com a totalidade¹⁰ mediante a educação”. Por este prisma, a totalidade e seu conhecimento formam,

Um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos, para a essência, e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em um movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade (KOSIK, 1976, p. 50).

Assim, a educação é compreendida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se enuncia no conjunto das relações sociais, na luta dos grupos ou classes sociais, estando inserida, de forma específica, na relação social (FRIGOTTO, 2010).

¹⁰Cf. KOWASLKI, (2012, p. 30-31) “Totalidade significa articulação dos fenômenos, num todo articulado, onde tudo se relaciona, contudo sem analisar o fenômeno isolado, possibilitando assim a visão em conjunto”.

Na categoria interdisciplinaridade, Fazenda (2003, p. 11) anuncia que “é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão, de aspectos ocultos do ato de apreender”, tanto no trabalho como nas profissões. Conforme Japiassú (1976, p. 74) “as exigências do conhecimento interdisciplinar para além do simples monólogo de especialistas ou do diálogo paralelo”. Portanto, interdisciplinaridade significa troca, cooperação, transformação, diálogo, humildade, coerência, respeito, espera, desapego.

Segundo Miotto, (2009, p. 12), Interdisciplinaridade é uma categoria “[...] exclusiva do mundo do conhecimento e combina-se com um conjunto de valores, práticas e discursos no mundo do trabalho”, assim evidencia-se como um movimento contemporâneo atual nas dimensões da epistemologia¹¹ e da pedagogia que marca o rompimento com uma visão cartesiana¹² e mecanicista¹³ de mundo e de educação e assim, adquirindo uma percepção mais integradora, dialética e totalizadora na constituição do conhecimento. Desse modo, o conhecimento deve ser sempre questionado, realizando o movimento de construção do conhecimento, da crítica do conhecimento e, assim, a construção de um novo conhecimento (Kosik, 1976).

Sendo assim, para Marx e Hegel (apud NETTO, 2009, p. 678) “[...] não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos”, isto é, o mundo, em todos os seus conjuntos de relações humanas, é uma arte em constante mudança, transformações e desenvolvimento. A seguir será explicitado um breve histórico do espaço institucional Unipampa onde se realizou a pesquisa.

¹¹ Cf. em Japiassú (1934, p. 16). “Por epistemologia, no sentido bem amplo do termo, podemos considerar estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. Haveria, assim, três tipos de epistemologia: — Epistemologia global (geral), quando se trata do saber globalmente considerado, com a virtualidade e os problemas do conjunto de sua organização quer sejam “especulativos”, quer “científicos”. — Epistemologia particular, quando se trata de levarem consideração um campo particular do saber, quer seja “especulativo”, quer “científico”— Epistemologia específica, quando se trata de levar em conta uma disciplina intelectualmente constituída em unidade bem definida do saber, e de estudá-la de modo próximo, detalhado e técnico, mostrando sua organização, seu funcionamento e as possíveis relações que ela mantém com as demais disciplinas”.

¹²Cf. CAPRA, Fritjof, (1989). “O tao da física. Essa formulação apareceu no século XVII da filosofia de René Descartes que fundava a sua visão da natureza numa divisão fundamental entre dois domínios separados independentes: o da mente (res cogitans) e da matéria (res tensa). A divisão “cartesiana” permitiu aos cientistas tratar a matéria como morte, e completamente separada de si própria, e ver o mundo material como uma multiplicidade de objetos diferentes, reunidos numa máquina imensa”.

¹³Cf. FERREIRA, (1999, p. 1034). [de mecanismo+ - ismo]. “Mecanicismo doutrina que admite que determinado conjunto de fenômenos, ou mesmo toda a natureza, se reduz a um sistema de determinações mecânicas”.

4.1 Breve Histórico do Espaço institucional: onde se Realizou a pesquisa¹⁴

A Universidade Federal do Pampa faz parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior (PROJETO INSTITUCIONAL, 2009). Tem como missão promover a educação superior de qualidade, visando à formação de cidadãos críticos, comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país (PROJETO INSTITUCIONAL, 2009). A visão da UNIPAMPA é “constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país” (PROJETO INSTITUCIONAL, 2009, p. 11).

Os valores atribuídos a essa Instituição, que é de natureza pública e “dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...], se constitui como lugar de exercício da consciência crítica [...], comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade” (ESTATUTO UNIPAMPA, 2008).

A Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA- tem no seu princípio de formação a luta pela federalização da Universidade Regional da Campanha – Urcamp – que passava em 2005 por graves crises econômicas (AZAMBUJA, 2010).

Depois de vários esforços em prol da federalização a qual foi considerada inconstitucional, o então Ministro da Educação Tarso Genro propôs criação de uma nova universidade (PÉREZ, 2010, apud AZAMBUJA, 2010).

O nome UNIPAMPA, foi sugestão do Prefeito de Bagé, na época Luiz Fernando Mainardi, em 23 de Maio de 2005 (PÉREZ, 2010, apud AZAMBUJA, 2010). Sendo assim, depois de 20 atos públicos o Presidente da República, anuncia o encaminhamento ao Congresso de um projeto para a criação da Unipampa, que beneficiaria os municípios atendidos pela Urcamp.

Esses municípios que hoje estão localizados os *campi* da UNIPAMPA são: Alegrete, Bagé (sede e foro), Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana, caracterizando-a como estrutura *multicampi*.

¹⁴Cf. A análise institucional foi efetuada no campo de estágio no Núcleo de desenvolvimento Educacional (NuDE) em conjunto com a Acadêmica Rozane Azolin da Silva.

Como já mencionado, a Instituição é resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) promovidas pelo Governo Federal, e tem como objetivo a superação dos problemas e estagnação socioeconômica da região em que está inserida.

A Unipampa por se encontrar em uma região próxima à fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina, veio para contribuir com o fortalecimento e a integração regional. Também faz parte desse objetivo, a ampliação da oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região.

A Unipampa, surge a partir do Consórcio Universitário da Metade Sul, que foi um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado, tendo o início das atividades acadêmicas em 2006 (PROJETO INSTITUCIONAL, 2009).

A Instituição, na sociedade e na comunidade onde está inserida, firmará seu compromisso com o desenvolvimento através de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão. Para que tais atividades ganhem em efetividade e relevância, a Universidade deverá defini-las a partir do conhecimento da realidade da região, em diálogo pleno com os atores que a constroem (PROJETO INSTITUCIONAL, 2009).

A região em que a Unipampa está centrada, já foi referência na economia gaúcha. Porém, foi perdendo posição econômica, produção agrícola e populacional gradativamente. Em comparação com outras regiões do Estado, como Norte e Nordeste em que os índices de desenvolvimento são elevados, na metade Sul, esses índices variam de médios a baixo. A distância geográfica dos grandes centros e capitais também contribui para esse cenário.

Apesar disso, a região possui potencialidades que podem ser decisivas na recuperação do desenvolvimento e, crescimento econômico da metade sul, como por exemplo, a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; solo de boa qualidade; excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo

mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros (PROJETO INSTITUCIONAL, 2009). Em vista disso, a UNIPAMPA sem perder a sua autonomia, deve estar comprometida com a superação dessas dificuldades antes elencadas.

A seguir destaca-se a metodologia do trabalho no NuDE no processo de estágio I e II.

4.2 A Metodologia da Apreensão do Material Estudado

A pesquisa intitulada: Interdisciplinaridade e Serviço Social: Um estudo do exercício profissional no NuDE campus São Borja, teve como apreensão da realidade o método dialético crítico que implica “[...] o caminho que se deve percorrer para consecução de nossos objetivos” (OLIVEIRA, 2010, p. 49). Outra maneira que caracteriza o método é compor por uma pesquisa profunda e exaustiva da realidade e ver de forma indissociável teoria e prática. Segundo Türck (2012, p.47) “é a partir de um método que se tem oportunidade de conhecer um fenômeno, especialmente quando se pretende nele intervir contribuindo para sua transformação”.

Após aproximações ao objeto de investigação, feitas durante o processo de estágio I e II no espaço institucional Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), constatou-se a necessidade desta pesquisa junto aos profissionais e usuários. Dessa forma, a pesquisa constitui-se segundo Minayo (1994, p. 11) “[...] à possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos somos agentes”. De atitude reflexivo, propositivo e investigativo.

Na efetivação do recente estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, e documentais na finalidade de desenvolver “[...] estudos que dão uma visão geral do fato ou fenômeno estudado” (OLIVEIRA, 2010, p. 65). Este tipo de pesquisa apresenta menor rigidez no planejamento de entrevistas não padronizadas e estudo de caso (GIL, 1999).

A operacionalização desta se deu, por meio de categorias teóricas elencadas ainda no projeto de pesquisa, nesta perspectiva, Bardin (2009, p. 48) ressalta que existem “[...] aspectos essenciais da análise de conteúdo [...]”. Caminho a ser percorrido pelo pesquisador ao buscar, construir, comparar, refutar conhecimento,

para captar o fenômeno de determinada coisa preciso indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo ela se esconde compreender o fenômeno é atingir a essência (KOSIK, 1976).

Na exploração do material foi elaborado um quadro categorial para apreensão dos diálogos dos pesquisados, em seguida distribuiu-se, na vertical, a letra que representa o sujeito da pesquisa e na horizontal, sujeito. Ficando a parte central para as falas dos sujeitos.

Na sequência, foi realizada análise do que foi evidenciado durante a realização do projeto de intervenção. O retorno desse trabalho será por meio deste trabalho de conclusão de curso. Adentro, se verifica a discussão da análise da pesquisa realizada com material baseado na experiência de estágio no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE).

4.3 Análise da Materialização do Projeto de Intervenção Promoção a Saúde

A apreciação da materialização da pesquisa efetivada no campo de estágio no período, de Fevereiro a Outubro de 2013 em Serviço Social colaborou para que o perfil profissional da estagiária começasse a ser desenvolvido é, o lugar que capacita o acadêmico a uma atitude crítica e reflexiva, constituindo assim, um momento único para a formação profissional. O estágio Supervisionado possibilitou a estudante valer-se dos instrumentais e os conteúdos trabalhados em sala de aula propiciando uma aproximação com a prática na realidade concreta, rompendo com a distorcida e estigmatizada visão que na prática a teoria é outra.

Desse modo, o campo de estágio supervisionado possibilitou a estagiária realizar um projeto de intervenção (ver projeto de intervenção no apêndice 1) que teve como objetivo principal, a “Promoção a Saúde” e foi implantado no mês de Julho e desdobrado nos meses de Agosto e Setembro de 2013. Com o objetivo de conhecer como a questão social se manifestava no cotidiano vivido pelos estudantes, levando-os a situações de estresse, e teve como finalidade intervir, conhecer o modo de vida dos usuários, que se encontravam em situação de estresse, devido aos vários conflitos, causados pelo afastamento da família, falta de adaptação às novas vivências, ingresso na Unipampa às vezes seguido de lugares distantes, quebra de vínculos, preocupação com moradia, alimentação, excesso de

trabalho.

E ainda evidenciar se existe um trabalho Interdisciplinar nas ações desenvolvidas pela equipe do NuDe. A pesquisa mostrou que o trabalho em equipe demanda dos profissionais um maior abarcamento dos saberes de cada área para poder construir novos saberes. Dito isto, os profissionais do NuDE compreendem que na relação que se estabelece na equipe existe um processo interdisciplinar embora embrionário, ressaltando que a equipe trabalha de forma multidisciplinar, mas, existe uma tentativa de ampliar a relação da equipe para interdisciplinar, tendo em vista, as demandas que surgem principalmente para a área da Psicologia. Além disso, este é um dos profissionais que media e almeja a relação interdisciplinar nas equipes. Salientando, que o NuDe não possui profissional além do Assistente Social na área da saúde.

A Unipampa campus São Borja, dispõe de profissional na área da Psicologia que atua na gestão (PRAEC) atende a demandas na coletividade e não clínica, este, profissional poderia contribuir para elevar o nível de saúde mental desses estudantes, que procuraram por atendimento, observou-se que a saúde do estudante universitário está ainda descoberta, uma vez que este não se enquadra em nenhum grupo de atenção em saúde já estabelecidos na Universidade.

Diante disso, em consonância com Projeto Ético-Político profissional, a Assistente Social utiliza o trabalho com a rede de atendimento psicossocial pública municipal, corrobora Faleiros que, (2001, p. 24) a construção das redes é processual e dinâmica, envolvendo tanto a família [...] como redes formais de organizações de saúde, de assistência, educação ou outras, a partir dos sujeitos implicados, como forma de fortalecer os laços e de garantir que a política de assistência estudantil se efetive mediante as demandas, que chegam até o NuDE frente a demora no atendimento, precariedade e burocratização, para agendar uma consulta na clínica Municipal de Psicologia.

Para apreender esses processos que estão ocultos na “coisa” que é o estresse que não aparece em sua totalidade, aparece em sua forma fenomênica desconectada da essência, mas está articulada com ela no plano concreto. O trabalho foi construído de forma sistemática, por meio de visitas domiciliares, entrevistas, contatos com familiares, Parecer Social e Estudo Social juntamente com os usuários do NuDE. A partir da análise do material estudado, colhido na

integralidade da intervenção no cotidiano dos usuários através da mediação no NuDe. Aos estudantes que demandam pela Política de Assistência Estudantil observou-se que o projeto Promoção Saúde supre com relativa efetividade junto aos usuários no enfrentamento das condições de permanência dos acadêmicos na universidade. Assim, a partir do diálogo com os docentes, que informarão as condições dos acadêmicos em sala de aula que a profissional de Serviço Social juntamente com a equipe do NuDe encaminhou os acadêmicos para atendimento psicológico.

Foi solicitado pelos docentes o acompanhamento do sujeito A, pela equipe do NuDe, pois o mesmo apresentava determinadas situações, como por exemplo: falta de motivação para estudar, relacionamento e comportamento agressivo. Constatou-se que o estudante vinha enfrentando uma série de dificuldade, quanto à sua permanência na Universidade. E estava relacionada, tanto de ordem econômica e emocional, assim, verificou-se que a falta de desempenho estava relacionado a problemas de saúde.

“Na minha cidade, eu comprava tudo que queria, mas meu pai não queria que eu viesse para São Borja, então, não me dá mais grana” (SUJEITO A, 2013, p. 59). Percebe-se que o sujeito A ao falar que tinha tudo na sua cidade natal tem haver com sua permanência naquela cidade, e a família não consentia que ele viesse estudar em São Borja. Outro motivo que ele afirma “Meu pai esta doente, e não tem quem cuide dele”, demonstra contradição e uma relação familiar conflitante, o próprio estudante evidencia através de justificativas uma situação alterada no comportamento.

“Que mesmo em minha cidade (nome ocultado) era independente de meu pai, e provia meu sustento” (SUJEITO A, 2013, p. 59), indica que esta falando de forma a deixar dúvida com referência a sua capacidade de expor suas necessidades e carências afetivas necessitando ser ouvido, precisava de atenção. “Aos cinco anos de idade eu cai de uma laje e bati com a cabeça, me levaram para o hospital, e fiz exames, mas, não quebrei nada, o que me marcou muito foi à separação dos meus pais há seis anos. Meu pai ficou com nossa guarda, e faz quatro anos que minha mãe não me procura” (SUJEITO A, 2013, p. 59). Nota-se a falta da mãe, ou seja, a ausência nos quatro anos que ela não o vê. Conforme Winnicott (2005), quando algo na vida lhe faltou, este ato é comunicação e o grito desesperado para ser ouvido,

olhado e cuidado.

4.3.1 Relatos dos Sujeitos da Pesquisa

A apreensão da realidade relacionada ao meio acadêmico como discute lamamoto (2009, p. 21) “requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades [...]” que permeiam situações de ordem econômica e social que se apresentam no cotidiano dos estudantes, nesse sentido, segundo Kosik (1976). A “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem, sendo necessário fazer um esforço, um détour para chegar a sua compreensão. O autor refere que a “coisa em si” é a busca do homem pelo seu lugar no universo ou na sua totalidade.

Neste cenário, o estudante A encontrava-se em situação de vulnerabilidade econômica e social. Percebe-se, no decorrer dessa intervenção a necessidade de um profissional da psicologia na equipe multiprofissional do NuDe para contribuir com o desenvolvimento da equipe. Nesse sentido, ampliar a compreensão dos fenômenos que estão implicados no objeto de estudo que resultaria em uma ação conjunta com outras áreas do saber, cada profissão implicada em suas competências e atribuições, mas, com possibilidades de desvendar o real. A atitude acional do paradigma proporcionando uma nova modalidade conjunta no processo de trabalho dos professores e profissionais do NuDe, que se deparam com situações extremamente complexas, como a do situação do estudante A (2013, p. 5). Para Marx (apud NETTO, 2009, p. 676) “O objetivo do pesquisador é ir além da aparência fenomênica empírica por onde se inicia o conhecimento sendo essa aparência um nível da realidade algo importante não descartável [...]”.

Salienta lamamoto (2009) da importância para o Serviço Social do estudo das classes menos favorecidas e de situação de subalternidade, propõe que seja estimulada a pesquisa sobre as condições de vida e de trabalho desses grupos, resgatando suas experiências, práticas e representações. O enfrentamento de vulnerabilidade socioeconômica por interferência de dificuldades financeiras, de acesso a materiais de estudo, de aprendizagem, emocionais, ansiedade e afastamento da família.

O estudante demonstra dependência e necessidade de orientação a respeito

de seus deveres como: trabalho e iniciativas. Guerra (2011, p. 6) esclarece que entre o “conhecimento e ação, há mediações de diferentes determinações objetivas da realidade e subjetiva do sujeito que embora desveladas pelo método não seja por ele solucionada”. O profissional do Serviço Social mesmo sabendo, o que faz e como faz, necessita compreender para que, para quem, onde e quando fazer e, ainda analisar quais as consequências que, no nível mediato as ações, os profissionais produzem. Com isso, cabe ao profissional refletir quanto às dificuldades, limitações e constrangimento que adensam sua intervenção e nas possibilidades de estar operando os dados colhidos na sua intervenção, revertendo-os em projetos da população atendida (GUERRA, 2011).

Yazbek (2009) situa que os impactos destrutivos do sistema, vão deixando marcas que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados, que, por vezes, se ocultam dentro da resistência e da capacidade para sobreviver. Esses sinais representam o quanto à sociedade pode tolerar a pobreza ou as dificuldades apresentadas sem fazer uma intervenção direta com o sujeito para minimizá-la e radicá-la.

Diante da situação, que se deparava o estudante A, a Assistente Social do NuDE encaminhou para atendimento psicológico, em razão das condições e as situações episódicas para tratamento. “articular meios de serviço, sobretudo aqueles que assumem de forma incorpórea, depende de representações e discriminações teóricas que o profissional realiza por meio do objeto institucional” (GENTILLI, 2006). Portanto o estudante A foi orientado por profissionais (Psicólogo e Psiquiatra) para que continuasse tratamento de saúde junto a sua família até que seu quadro se estabilizasse. Através de contato telefônico disse “que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade econômica e passou por momentos difíceis por ter falecido sua vó, e que gostaria de voltar para a Universidade”.

Conforme a Lei 8080 (1990, p. 1) a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o processo aos bens e serviços essenciais [...]”.

O acadêmico voltou em 2013 com a mesma situação de vulnerabilidade, ainda não superada, não tinha residência fixa, morava com colegas sem condições para manter uma residência e se alimentar (SANTOS, 2013). Por esse prisma, Menezes

pontua (1996, p. 57) “a universidade e também o Estado precisam se reposicionar relativamente a essa questão que se agrava continuamente, ou, pelo menos, dizer de que outra forma se deve enfrenta-la”. “Encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inadaptação com o contexto universitário e local” (SANTOS, 2013, p. 4). Em seu histórico o estudante A ingressou na Universidade em 2010, afastando-se de sua família, que morava em outro estado, passando por muitas situações de vulnerabilidade social e econômica.

O Estudante C, em relato pontuou que estava em situação de vulnerabilidade econômica que havia solicitado bolsas (PBP e PBI). Nesse sentido quando não apresenta comprovante de renda, e o sistema não aceita renda igual à zero, para a concessão de benefícios. Estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para prevenir a retenção e evasão, segundo está disposto no PNAES, o estudante passa por uma seleção, definidos a partir desta seleção realizada por equipe técnica. Segundo Antunes (2007, p. 23) “[...] a classe- que vive do- trabalho sofreu a mais profunda a mais aguda crise neste século, que atingiu não só na materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no inter-relacionamento [...]”.

A partir das demandas apresentadas pelos estudantes, percebe-se que no NuDE, é indispensável a atuação conjunta entre áreas da ciências sociais, Serviço Social e Psicologia. Quanto mais, intensificar a prática e a vivência da interdisciplinaridade, mais terá potencial para atender as demandas que chegam até o NuDE, o que resultaria em uma práxis dialética, com competência técnica, teórico-metodológica, e ético-política. Possibilitando um encontro entre identidades bem distintas, muitas vezes antagônicas, mas aproximadas por um caminho ético-político de libertação e emancipação social, pontua Netto (2008) para que todos os homens possam construir sua personalidade é necessário criar condições sociais para que todos se sociabilizem. Como é elencado no Código de Ética (2012, p. 193) “A prática interdisciplinar é fundamental no atendimento ao usuário, quando à instituição, entidade e outros contar com uma equipe de profissionais variadas”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões realizadas nos capítulos anteriores, é necessário destacar que os profissionais assistentes sociais compreendem a política de assistência estudantil como um processo de garantia de direito aos estudantes na atual conjuntura social e política do país. O trabalho do Assistente Social na realidade da instituição contrapõe-se ao sistema capitalista, principalmente, no âmbito da mercadorização frente ao ideal neoliberal. Na área da educação o profissional por meio da Assistência Estudantil, realiza programas e projetos, como forma de assegurar aos estudantes sua permanência na Universidade.

Dessa maneira, o Assistente Social, nas atuais configurações de avanço da política de expansão da educação (REUNI), possibilita a viabilização do acesso às políticas. É por meio da Política de Assistência Estudantil que as ações destinadas aos estudantes, assegurando a permanência e a conclusão do curso na Universidade, sendo que, o acesso em grande parte é pela classe média e baixa. O profissional tem como objeto de trabalho as vulnerabilidades socioeconômicas que se apresentam cotidianamente.

A relevância desse estudo é fomentar a discussão sobre a Interdisciplinaridade e a particularidade do Serviço Social, no exercício profissional na equipe multiprofissional do NuDe. Percebeu-se no decorrer do estágio I e II através do conjunto das ações desenvolvidas que existe um trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos profissionais envolvidos na equipe multiprofissional, embora embrionário tenha intenção clara da equipe. A articulação se caracteriza pela intensidade das trocas entre os profissionais e pelo grau de integração no interior de um projeto de pesquisa. Na construção de uma linguagem que seja comum a todos, considerando que a equipe de profissionais demonstra atitude crítica e aberta à realidade interdisciplinar.

A equipe é formada por técnicos, Pedagogos e Assistente Social, são áreas do conhecimento distintas, mas inter-relacionadas profissionalmente em uma mesma equipe, com um objetivo em comum, que é atender as demandas advindas dos usuários que utilizam a política de assistência estudantil.

Na prática com as singularidades dos sujeitos, há um ato de reciprocidade e troca na busca da Universalidade, as teorias os métodos e metodologias, contribuem, favorecem e possibilitam a construção de saberes e ações para

alcançar o compromisso social, as Leis de Regulamentação e o Código de Ética são referências sobre o saber-fazer de cada profissão.

No decorrer da pesquisa verificou-se que a equipe busca aplicar a Interdisciplinaridade, que também significa, troca, respeito, cooperação, transformação, diálogo, humildade, que de maneira coerente, no seu sentido mais amplo busca atender as demandas.

A prática interventiva no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), compreende a teoria social crítica de Marx fundamentada na matriz sócio-histórico presente no Serviço Social, no agir, no movimento contraditório, esta alicerçada e fortalecida por meio de uma direção social e política. Por balizar ações na realidade concreta alinhada pelo Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, amparada através dos pilares do Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão, Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS, de 1996 que orienta para a formação profissional promovendo a emancipação dos sujeitos nos diversos espaços.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1997.
- ABREU, Marina Maciel. A questão Pedagógica e a hegemonia das classes. Subalternas: Aportes da análise Gramsciana. **Revista Quadrimestral de serviço social**. Ano XV, nº 51 agosto de 1996, editora Cortez – Educação.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12. ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- AZAMBUJA, E. F. **As Perspectivas conceituais da Política de Assistência Social Evidenciadas nas Ações de Assistência Estudantil da Universidade Federal do PAMPA (UNIPAMPA)**. Trabalho final de graduação (Curso de Serviço Social). Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Edição Revista e Atualizada. 4. ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2009.
- BARROCO, M. L. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de ética do/a Assistente Social**. CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.
- BARROCO. M. Lucia S., **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAPTISTA, Myriam V. **A Investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2012.
- _____. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Lei nº 8.662/93, de 7 de junho de 1993.
Porto Alegre: CRESS, 1993.

_____. **Decreto** Nº 7. 234. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: 2010.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de **(1988)**. Senado Federal. Brasília: Gráfica do Senado, 1888.

_____. Decreto Nº 7234. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília: 2010.

_____. **Lei** 8080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, na organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: 1990.

_____. **Lei** 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília 1996.

_____. **Lei** nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Brasília: 1968.

_____. **Decreto** Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNE. Brasília: 2007.

_____. **Portaria Normativa** 39 de 12 de Dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Brasília: 2007.

_____. **LEI** n. 5.540/1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

_____. **Decreto** Nº 7234. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: 2010.

CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**. Tradução: Maria Jose Quelhas Dias e José Carlos Almeida. Lisboa: Presença, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas Sobre Cidadania e Modernidade. In **Revista Praia vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social. vol. 1, n. 1 set/1997.

CFESS. **Resolução** CFESS n. 557/2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas e conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. 2009.

CURY, Carlos R. J. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

EIDELWEIN, Karen. Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção do conhecimento. Artigo. 2007, PUCRS, Porto Alegre: RS, **Revista Texto e contextos**. Porto alegre, v. 6, n. 2, p. 298-313. Jul-dez, 2007.

FAZENDA, Ivani. **O que é Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, Ivani. **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FRAGA, Cristina Kologeski. A Atitude Investigativa do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. n. 101,p. 4-64, jan - mar. São Paulo: 2010.

FERREIA, A. B. H. **Novo Aurélio do século XXI**. O dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista Ideação**. Centro de educação e Letras, foz do Iguaçu: v. 10, n. 1, p. 41-62, 1º sem. 2008.

GENTILLI, Raquel de M. L. **Representações e Práticas**: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras, 2006.

GERMANO, José W. **O Discurso Político sobre a Educação no Brasil Autoritário**. CAO. CEDES. Campinas, V28, n. 76, p. 313-332, set/dez, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 91, p. 5-33, ano XXVIII, São Paulo: set. 2007.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirim. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a Historia**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JAPIASSU, Hilton F. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934.

JAPIASSU Hilton F. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de: Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWASLKI, Aline Viero. **Os (Des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: Faculdade de Serviço social, PUCRS, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. v. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap. I.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tomo 2. Tradução: Regis Borges e Flavio kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 137 a 147.

MARTINELLI, **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 2010.

MENEZES, Luis Carlos. Para a universidade brasileira transpor o século. **Revista quadrimestral**. Ano 18, n. 51, 1996.

MIOTO, Regina C. T. A Interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do Trabalho. **Revista katálysis**. Florianópolis, volume 12, n. 2, p. 207 a 215, jul/dez 2009.

MONTANÕ, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese a sua especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, Carlos Antonio S. Para Que, Para Quem, Como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. N.103, p. 433 a 452. jul/set, São Paulo: 2010.

MUNHOZ, D. E. N. Trabalho Interdisciplinar: realidade e utopia. **Revista Quadrimestral do Serviço Social**, ano 17, n. 51, 1996.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 25. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético político. **Modulo 1**. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília CFEES/ABPESS/CEAD/UNB, 1999.

NETO Fausto. A Assistência Estudantil é o meio essencial para fazer com que o estudante continue na universidade. **Jornal Movimento**. Belém: 2008. Disponível em: <<http://juventudeempauta.blogspot.com.br/2008/03/assistencia-estudantil-o-meio-essencial.html>> acesso em: 13/01/2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Revista e ampliada. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PRATES, Jane. Serviço social e pesquisa: o método marxiano de investigação e o enfoque misto. **XX seminário Latino Americano de Escuela de Trabajo Social**. Córdoba: 2012.

_____. Possibilidades de mediação entre a teoria Marxiana e o Trabalho do Assistente Social. Pós Graduação PUCRS. Porto Alegre: 2003 p. 102-120.

_____. **Possibilidades de mediação entre**: a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. PUCRS: Porto Alegre, 2003.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 493 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 10ª REGIÃO. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Dacasa/Palmarinca, 2009.

ROSSATO, Ermelio. **A expansão do Ensino Superior Brasil**: do domínio Público a privatização/Passo Fundo: ed. universidade de Passo Fundo, 2006.

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. *in* Martinelli, M. L. e outros(org). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

RIOS, Rafaela. **Avaliação do Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa por seus Usuários**. Monografia. UFSM, Santa Maria: 2011.

SANTOS, Rozeli Margarete M. Promoção à Saúde. **Relatório de pesquisa em estágio curricular**. São Borja, 2013.

SERRA, Rose. (org). **Trabalho e Reprodução Social**: Enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMIONATO, Ivete. **Gramsci**: Sua Teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. Florianópolis, UFSC., São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do Assistente Social: Instrumentalidade e intervenção profissional**. UNIGRANRIO, Rio de Janeiro: 2008.

THIESEN, J. da Silva. A Interdisciplinaridade como um movimento articulador no Processo ensino-aprendizagem. UFSC. Centro universitário de São José. **Revista brasileira de educação**. V.13, n°39, set/dez: 2008.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, Marcelo. O Projeto Político do Serviço Social. IN: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

TURCK, Maria da Graça M. G. **Serviço Social: Metodologia da Prática Dialética**. Porto Alegre: Graturck, 2012.

TONET, Ivo. **Marxismo Educação**. Maceió: Zahar, 2010. Disponível em [www.ivotonet.com.br/arquivos/Marxismo e Educaçao.pdf](http://www.ivotonet.com.br/arquivos/Marxismo_e_Educacao.pdf). Acesso em: 01 fev. 2014.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. **Estatuto**. Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/doc_view/856estatutounipampa?tmpl=component&format=raw. Acesso em: 20 set. 2013.

UNIPAMPA, **Projeto Institucional da Unipampa**. Disponível em: http://moodle.unipampa.edu.br/file.php/115/Projeto_Institucional_2009_UNIPAMPA.pdf. Acesso em: 16 set. 2013.

WANDERLEI, Luís Eduardo. **O que é Universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003, coleção primeiros passos.

WINNICOTT, Donald W. **A Família e o Desenvolvimento Individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 7. ed. Cortez, São Paulo: 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológico do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

APÊNDICES 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Rozeli Margarete Melo dos Santos¹⁵

1. Projeto de Intervenção realizado NO NuDE.

2. O Projeto de intervenção “Promoção a Saúde” e a Questão Social.

O projeto de intervenção “Promoção a Saúde” foi implantado no mês de Julho e desdobrado nos meses de agosto e setembro de 2013. Com o objetivo de conhecer como a questão social se manifesta no cotidiano vivido pelos estudantes, levando-os a situações de estresse, e tendo como finalidade de intervir na perspectiva de promoção a saúde. Neste sentido promoção a saúde, entende-se,

O significado de dar impulso a; fomentar; originar; gerar. Promoção da saúde define-se, tradicionalmente, de maneira bem mais ampla que prevenção, pois refere-se a medidas que não se dirigem a uma determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem-estar gerais. As estratégias de promoção enfatizam a transformação das condições de vida e de trabalho que conformam a estrutura subjacente aos problemas de saúde, demandando uma abordagem intersectorial. [...] A Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, realizada em Ottawa (1986), postula a idéia da saúde como qualidade de vida resultante de complexo processo condicionado por diversos fatores, tais como, entre outros, alimentação, justiça social, ecossistema, renda e educação. No Brasil, a conceituação ampla de saúde assume destaque nesse mesmo ano, tendo sido incorporada ao Relatório Final da VIII Conferência Nacional de Saúde: Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida E acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade (CZERESNIA, 2003, p. 4).

Corroborando ainda, a Organização Mundial de Saúde (OMS): “Estado de completo bem-estar físico, mental e social, mais do que a mera ausência de doença ou enfermidade”. Esta definição dá ênfase aos aspectos positivos do conceito, surgindo à saúde como um recurso presente no dia-a-dia dos indivíduos.

¹⁵ Acadêmica do 7º Semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
Material colhido durante a realização do Projeto de Intervenção, (2013).

O Projeto de Intervenção realizou ações visitando estudantes que se encontravam em situação de saúde fragilizada, e desta maneira articulou encaminhamentos, para a rede de saúde para tratamento. Observou-se, o desvendamento de usuários da política de assistência estudantil, que se encontravam em situações de vulnerabilidade e desconforto com a realidade estudantil, apresentando um quadro sintomático de ansiedade, insônia, medo e angústia. Este sofrimento psíquico apresentado já estava ocasionando nas relações pessoais situações de desequilíbrio emocional e afetando o aprendizado e a produtividade intelectual. Destarte, foram encaminhados à rede de atendimento público, CAPS I, tendo sido diagnosticado alto índice de estresse em dois alunos, que seguindo orientação dos profissionais, Psicólogo e Psiquiatra, solicitaram afastamento por tempo indeterminado para tratamento junto à família.

Um dos acadêmicos (Estudante A) procurou o NuDE relatando que enfrentando uma série de dificuldades quanto, a sua permanência na Universidade, tanto de ordem econômica, como de aprendizagem por motivos de relacionamentos e emocionais. Ao final do primeiro semestre do ano letivo de 2012, foi elaborado um parecer solicitando aos docentes do curso uma atenção especial as singularidades do estudante "A" com relação aos trabalhos avaliativos. No retorno do segundo semestre letivo 2012, o estudante acabou tendo um problema de saúde que ocasionou um atraso significativo ao seu curso, atestando sua ausência nas aulas, porém, não assegurando a recuperação dos conteúdos desenvolvidos no período em que esteve afastado. Em reunião realizada com o coordenador do curso e a equipe do NuDE, e do acadêmico, chegou-se a conclusão que a melhor solução para o estudante "A" seria o trancamento total do semestre letivo, à fim do aluno ter condições de retornar ao curso no próximo semestre com possibilidades de acessar significativamente os componentes curriculares que estarão sendo ofertados. Orientou-se ao acadêmico que tão logo chegasse a sua cidade de origem procurasse a ajuda de um profissional da saúde, para ver qual o melhor tratamento para seus problemas de ordem psicológica.

Os professores que ministram o curso no qual o estudante "A" está matriculado relatam que ele, o estudante, interrompe constantemente as aulas, dificultando o andamento das mesmas e da compreensão dos demais colegas, o que dificulta o trabalho em grupos e demais atividades, que não sejam individuais.

O estudante “A” participa do programa de Bolsa Permanência em função de sua condição de vulnerabilidade socioeconômica. É natural de Diadema/ SP, mas ultimamente residia com seu pai e seu irmão em Minas Gerais. Seu pai ficou doente em função do problema de drogadição de seu filho mais velho, irmão do estudante, esta foi à situação relatada pelo acadêmico em seu retorno à universidade após o período de recesso.

A partir da observação e da escuta sensível¹⁶ percebeu-se que o acadêmico apresenta certas contradições a respeito de seu núcleo familiar, pois, relata ter boas condições financeiras, - “Na minha cidade eu comprava tudo o eu queria, mas, meu pai não queria que eu viesse para São Borja, então não me dá, mais grana”. O acadêmico “A” diz que seu pai não concordou com a sua vinda para São Borja. Em outros momentos afirma - “Meu pai esta doente, e não tem quem cuide dele” em contradição destaca “que mesmo em sua cidade era independente de seu pai, e ele próprio provia seu sustento”. Acrescenta que sua mãe separou-se e não convive atualmente com os filhos. Conta que “as cinco anos de idade, eu cai de uma laje e bato com a cabeça, me levaram para o hospital e fiz exames, mas, não quebrei nada, o que me marcou muito foi a separação dos meus pais, a seis anos atrás. Meu pai que ficou com nossa guarda, e faz quatro anos que minha mãe não me procura”.

O estudante “A” demonstra dependência e necessidade de orientação a respeito de seus deveres, como por exemplo, prazos, trabalhos e demais iniciativas presentes na vida acadêmica. O estudante relata, que o encaminhamento feito pelo NuDE, -- “Quando cheguei em minha cidade procurei atendimento psicológico, percebi que estou bem melhor agora estou conversando com meus colegas, a gente tem que melhorar não é”. Em seu retorno à universidade, afiançava que procurava estar em harmonia com colegas e professores, com maior clareza de seu propósito de sair de casa, e vir estudar tão distante de sua família.

Combinou-se com o acadêmico “A” que durante o período que ficasse em casa procuraria atendimento e acompanhamento junto ao CAPS do município local, com acompanhamento psicológico, seria mais fácil ao seu retorno, e dar continuidades no tratamento em São Borja. Também, explicou-se claramente e em

¹⁶ Cf. Escuta sensível segundo Cerqueira (2011), faz parte da acolhida ao afirmar o sujeito como único, embora hospedeiro de sua própria opressão. O escutar pode ser definido como a sensibilidade de estar atento ao que é dito, ao que é expresso através de gestos e palavras, ações e emoções, ouvir com atenção.

diversas ocasiões, nas quais, chamou-se o estudante “A” até o NuDE para à necessidade de consciência, responsabilidade e autonomia, necessária este momento. O acompanhamento do estudante vinha sendo feito desde seu ingresso na Universidade, ficando ele responsável por seus compromissos e prazos referente ao seu curso. Nesse sentido Faleiros (2001, p. 62) salienta que o desenvolvimento da autonomia implica no sujeito “a apropriação, pela consciência, da necessidade que está inscrita na história, e pelo descobrimento e uso da própria força no contexto em que as necessidades e as possibilidades se inscrevem”.

E o crescimento desta autonomia é um processo de negação da tutela e da subalternidade pelo intermédio do convencimento da própria palavra e da construção das decisões sobre seu próprio destino. E explica ainda, (FALEIROS, p. 63) que o fortalecimento desta autonomia provoca o domínio de viver para si no mando das próprias forças, e de acordo com as próprias referências. Encontrou-se como melhor alternativa para a permanência do estudante “A”, a efetivação do trancamento temporário de seus auxílios, alimentação, transporte e moradia, ao invés do cancelamento. Assim ele trancou o semestre, voltou para casa em Minas gerais a fim de organizar e retornar quando tiver com maiores e melhores condições pessoais de permanência. No que tange a universidade, comunicou-se aos docentes do curso à situação, bem como a PRAEC para que tomasse ciência da situação, que o aluno tenha seus auxílios e acompanhamento acadêmico garantidos junto ao NuDE, visto, a necessidade já constatada ao longo do período.

Os problemas de relacionamento com professores e colegas, acarretavam dificuldades de aprendizado e pendências na regularização de sua vida acadêmica. E, em dezembro de 2012, após, um primeiro contato com o acadêmico, foi realizado pelo NuDE, relatório de atendimento, que foi encaminhado para a PRAEC, para que houvesse deferimento das três modalidades de auxílio do Programa Bolsa Permanência (PBP). O acadêmico “A” encontrava-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inadaptação com o contexto universitário e local de São Borja, ou seja: a falta de moradia, alimentação, e vestuário.

Em função da fragilidade de sua saúde, dificuldades de adaptação, vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de relacionamento entre colegas e professores, de inserir-se em grupos, considerando o relato do próprio acadêmico e dos professores. Foi sugerido ao estudante “A”, a efetuar o trancamento de sua

matricula, para realizar tratamento de saúde em sua cidade natal. O acadêmico aceitou a sugestão de realizar o tratamento com sua família e regressar aos estudos no próximo semestre.

No semestre seguinte no ano de 2013, o acadêmico “A” retornou, recebendo os auxílios PBP, mas mesmo assim, a sua situação de vulnerabilidade não foi superada, não foi possível realizar visita domiciliar, porque o estudante não tinha residência fixa. Ficou residindo em residências cedidas por colegas. Após este período, o acadêmico precisou retirar-se da residência onde morava, por solicitação do proprietário. Novamente, ficou sem moradia. Sem condições financeiras para manter uma residência, e, nem mesmo para se alimentar, com roupas sujas e escassas, em pleno inverno (Junho e Julho), restavam-lhe apenas roupas de verão, o qual dispunha somente de uma camisa de manga longa, que vestia por mais de 14 dias. Diante da situação, novamente os colegas lhe acolheram, doando-lhe (roupas e alimentação), percebeu-se que o acadêmico “A” tinha enorme dificuldade de organização ao administrar seu dinheiro, bem como o compromisso com os trabalhos acadêmicos, cuidados pessoais (higiene) eram visíveis.

Em razão disso, conseguiu-se atendimento psicológico para o acadêmico no CAPS I. Foi atendido por quatro seções pela Psicóloga, que, encaminhou para o Psiquiatra que diagnosticou situação de saúde além de estresse, que apresentava sintomas compatíveis com CID F31-2-(Transtorno Afetivo Bipolar, Episódico atual Maníaco com Sintomas Psicóticos) que seu quadro emocional era instável, e não tinha condições de manter-se na atividade educacional, de forma indeterminada que deveria ter acompanhamento, multiprofissional da psiquiatra, psicologia e ainda ajuda da família e uso de medicamentos. O estudante vem usando os medicamentos Sertralina 100g e Lítio 600 G.

Tendo retornado para sua cidade de origem em 15 de agosto de 2013 para tratamento de saúde junto à família. O NuDE efetuou contato com a família, mas precisamente com o Pai do estudante, que ressaltou que o filho sempre precisou de tratamento de saúde, embora, não havia conseguido convencer o filho a procurar ajuda especializada. No início do mês de Outubro foram efetuados contatos telefônicos com o estudante “A” que relatou – “que continua a ter problemas financeiros e passou por momentos difíceis por ter falecido sua vó, e que gostaria de

voltar para a Universidade”. Foi orientado a procurar o CAPS em sua cidade. Mas, disse “que iria trocar de psicólogo e pedir alta”.

Estudante “B”. Compareceu ao NuDE no dia 07 de Agosto de 2013, solicitando uma consulta com psicólogo, a Assistente Social tentou agendar uma consulta no CAPS I, tendo sido esclarecido que lá o atendimento é somente para casos graves com surtos, e podia consultar na clinica municipal de psicologia. Foi elaborado um encaminhamento para esta clínica, dizendo, que se encontra com problemas familiares. Os quais estão refletindo em seu desempenho acadêmico, mesmo estando distante de sua família, sempre demonstrou boa adaptação à nova cidade, aos colegas e nas disciplinas cursadas, bom relacionamento com colegas e professores.

Ultimamente ocorreu um “certo abatimento” por parte do estudante. Sua mãe também entrou em contato para que pudessem encaminhá-lo ao atendimento psicológico, pois esta preocupada com a situação do filho. O estudante “B” realizou tratamento no CAPS I e, em conversa relatou –“ estou indo muito bem, a Psicóloga é muito atenciosa, o atendimento ocorre semanalmente, ou depende da disponibilidade da profissional”. Em relação a sua saúde disse – “estou me sentindo muito bem, mas não como gostaria de estar”. Em relação ao estado geral disse: “estou bem melhor no sentido de bem estar”. Continua em tratamento.

Estudante “C” não se enquadrou na seleção de PBP e PBI¹⁷, por motivo da não apresentação de comprovante de renda da família. Pois o sistema não aceita renda igual à zero. Tendo sido realizada visita domiciliar.

O Assistente Social tem por objeto as expressões da questão social, “que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2009, p. 28.). Como se observou no campo de estágio, terreno de vulnerabilidades econômicas e sociais e de dificuldades na falta de acesso à garantia de permanência na instituição, relação esta, que nasce do conflito capital\trabalho, que, se materializam no dia a dia do usuário. Por conta destas desigualdades, a Assistente Social, intervém através da mobilização, da constituição de redes de atendimento ao enfrentamento das mais variadas formas e expressões da questão social, corroborando com as necessidades individuais dos usuários, que se revelam nas mais variadas configurações, tais

¹⁷ Cf. Programa Bolsa Permanência e Programa Bolsa Instalação.

como: nas formas de exclusão social; desemprego; falta de acesso aos programas que garantam seus estudos e acesso à saúde.

Estabelecem-se de forma criativa, alternativas, diálogos, reflexões e ações de fortalecimento sobre o direito de cidadania da comunidade acadêmica, cidadania que conforme Coutinho (1994, p. 2) “[...] é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração”. Observa-se, que, os objetivos do profissional de Serviço Social na instituição encontram-se referenciados com as Políticas Sociais, principalmente com a Assistência Estudantil, para atuar nas demandas advindas da realidade social.

2 – Os resultados da intervenção.

Diante do exposto, observa-se no contexto estudantil que um número acentuado de acadêmicos inseridos na universidade, são de outras localidades do país. E muitas vezes, frequentar os cursos com dificuldades socioeconômicas, acaba gerando situações de saúde. Robaina (2009, p. 343) afirma

Que o campo que vem sendo identificado como atenção psicossocial constitui-se em espaço socio-ocupacional do Assistente Social, posto que ali se expressa à questão social – nosso objeto. Mas nota-se o campo da atenção psicossocial aqui é entendido como o plano que envolve as questões de assistência, moradia, trabalho, cidadania... Relativos aos usuários dos serviços de saúde mental, que não pode ser confundido com paradigma psicossocial onde é atribuída ao Assistente Social a prática de terapias.

A promoção à saúde recorre à dimensão de bem estar, conforme a Lei 8080 (1990, p. 1) abrangendo,

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o processo aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do artigo anterior se destinam a garantir às pessoas e a coletividade, condições de bem estar físico, mental e social (BRASIL, 1990, p. 1).

Conforme a oralidade do estudante “A” notou-se que a família encontrava-se em situação de vulnerabilidade social, a estrutura familiar estava desfragmentada

em virtude de vários fatores que levaram ao quadro referenciado. O próprio estudante atento para situações de desconforto ao falar da ausência de componentes precisos como o caso da ausência da mãe. O pai ficou com a guarda dos filhos, encontrava-se doente também em virtude de cuidar do filho mais velho com problemas de drogadição.

Nesse sentido, o estudante apresenta o quadro mencionado pelos profissionais da saúde, desenvolvido pela representação da ausência da Mãe e conseqüente falta de atenção do Pai. Crianças e adolescentes separados do convívio familiar “abandonado e desamparado” podem vir a desenvolver um comportamento antissocial.

Por ter sido retirado dos cuidados maternos. Winnicott (2005) diz que um jovem torna-se delinquente, quando algo em sua vida lhe faltou, este ato é a comunicação e o seu grito desesperado para ser ouvido, olhado e cuidado.

Os cuidados maternos não são necessariamente providos pela mãe, mesmo tendo o afeto de seus cuidadores, tanto numa instituição, ou lar adotivo, para esta criança é diferente, pois, foi privada bruscamente desse afeto por alguma razão, seja por uma ausência ou depressão da mãe ocorrida num momento crítico, ou da dissolução da família (MOURA, .2011).

O estudante “B” buscou espontaneamente assistência à saúde no NuDE, teve consciência de seu estado emocional frente aos compromissos assumidos na universidade. Por este lado a Assistente Social teve condições de encaminhar em tempo hábil para tratamento. Conforme nos diz,

O Serviço Social vem privando o campo da saúde mental da riqueza de seu saber próprio, fértil de contribuições, para que a reforma psiquiátrica alcance seu projeto ético-político: uma sociedade igualitária, que comporte as diferenças! Não se trata aqui de negar que as ações do Assistente Social o trato com os usuários e familiares produzem impactos subjetivos – o que se esta colocando em questão é o fato de o Assistente Social tomar por objeto esta subjetividade (ROBAINA, 2009, p. 339).

O campo de estágio proporcionou condições reais do tempo presente, e sua contextualização no processo histórico, desta forma, possibilitou entender o grande sentido da profissão, onde trabalhamos no cotidiano desvelando nosso objeto de trabalho. Nas observações do trabalho profissional, todos os fatos acontecidos, e as

demandas, colaboraram para esta estagiária ter uma apreensão crítica da realidade social na instituição.

Denota também, o acompanhamento e avaliação dos benefícios, associada à teoria dialética crítica, para a seleção das demandas que surgem em diversos segmentos sociais estudantil, oriundos das expressões da questão social. Percebeu-se que a cobertura da Política de Assistência Estudantil não dá conta de cobrir a todos os usuários deste serviço, neste caso, compete ao profissional e aos gestores da política, priorizar os atendimentos, atendendo os mais desprovidos. Com isso podemos dimensionar que a política é paliativa e focalista. Não universal.

Corroborando através do PNAES (2007) instrumentalidade que minimiza as condições de desigualdade sociais, e regionais, garantindo a permanência dos acadêmicos no ensino superior. Compreendendo como um dos desafios do Campus São Borja, integrar os cursos da universidade em atividades culturais, possibilitando o lazer dos acadêmicos, durante a sua caminhada, promovendo à saúde de forma ampla e contínua. Pois, muitos dos educandos que estudam na Unipampa vêm de diferentes estados do país, o que ocasiona uma grande diferença cultural, é de extrema importância realizar atividades culturais, para integrar estudantes dos cursos da Unipampa São Borja.

O NuDE realizou a recepção dos alunos recém chegados contemplando com informações e ações, atividades desenvolvidas possibilitou aos estudantes que ingressaram na universidade relacionamentos democratizados, informações sobre os cursos e os demais setores da UNIPAMPA. Finalmente, foi no estágio I e II, que proporcionou importantes aquisições de conhecimentos e experiências que contribuíram para a formação da identidade profissional.

Referências:

BRASI. Decreto Nº 7234. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília: 2010.

_____. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, na organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: 1990.

BATISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentalidade. 2. ed. São Paulo: Veras, 2000.

Organização Mundial de Saúde (1986). **Carta Ottawa**: Primeira conferência internacional sobre promoção de saúde. Acedido a 10 de Outubro 2013 em: <www.opas.org.br/promocao/upload/Arq/Ottawa.pdf>

CERQUEIRA, Teresa C. S. (Org.) **(Con)Texto em escuta sensível** – Brasília: Thesaurus, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas Sobre Cidadania e Modernidade. In **Revista Ágora**: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 –ISSN - 1807-698x. Disponível em:<www.assistentesocial.com.br> acesso em 13|05|2013.

CZERESNIA D. O Conceito de Saúde e a diferença entre prevenção e promoção. Cadernos de Saúde Pública (Czeresnia, 1999). In: Czeresnia D, Freitas CM (org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p. 39-53.

FALEIROS, V. de P. **Saber Profissional Poder Institucional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOWASLKI, Aline Viero. **Os (Des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: Faculdade de Serviço social, PUCRS, 2012.

OLIVEIRA, J. L. SANGHI, S. F. **Fundamentos da vida social**. Canoas: Ed. Ulbra, 2010.

MOURA, J. F. et al. **Psicanálise: o Estado Mental e Agressividade**. Universidade Federal do Pampa. Artigo a ser publicado. São Borja: 2011.

NETO Fausto. A Assistência Estudantil é o meio essencial para fazer com que o estudante continue na universidade. **Jornal Movimento**. Belém: 2008. Disponível em: <<http://juventudeempauta.blogspot.com.br/2008/03/assistencia-estudantil-o-meio-essencial.html>> acesso em: 13\05\2013.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010

PORTARIA nº 1564, de 30 de setembro de 2011. In: **Site da Unipampa**. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br>> Acesso em: 16 mar. 2013.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIOS, Rafaela. **Avaliação do Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa por seus Usuários**, Monografia. UFSM, Santa Maria: 2011.

ROBAINA, M. V. C., O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Serviço Social e Sociedade**. n. 102, p. 339-351, São Paulo: 2010.

WINNICOTT, Donald W. **A Família e o Desenvolvimento Individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.